

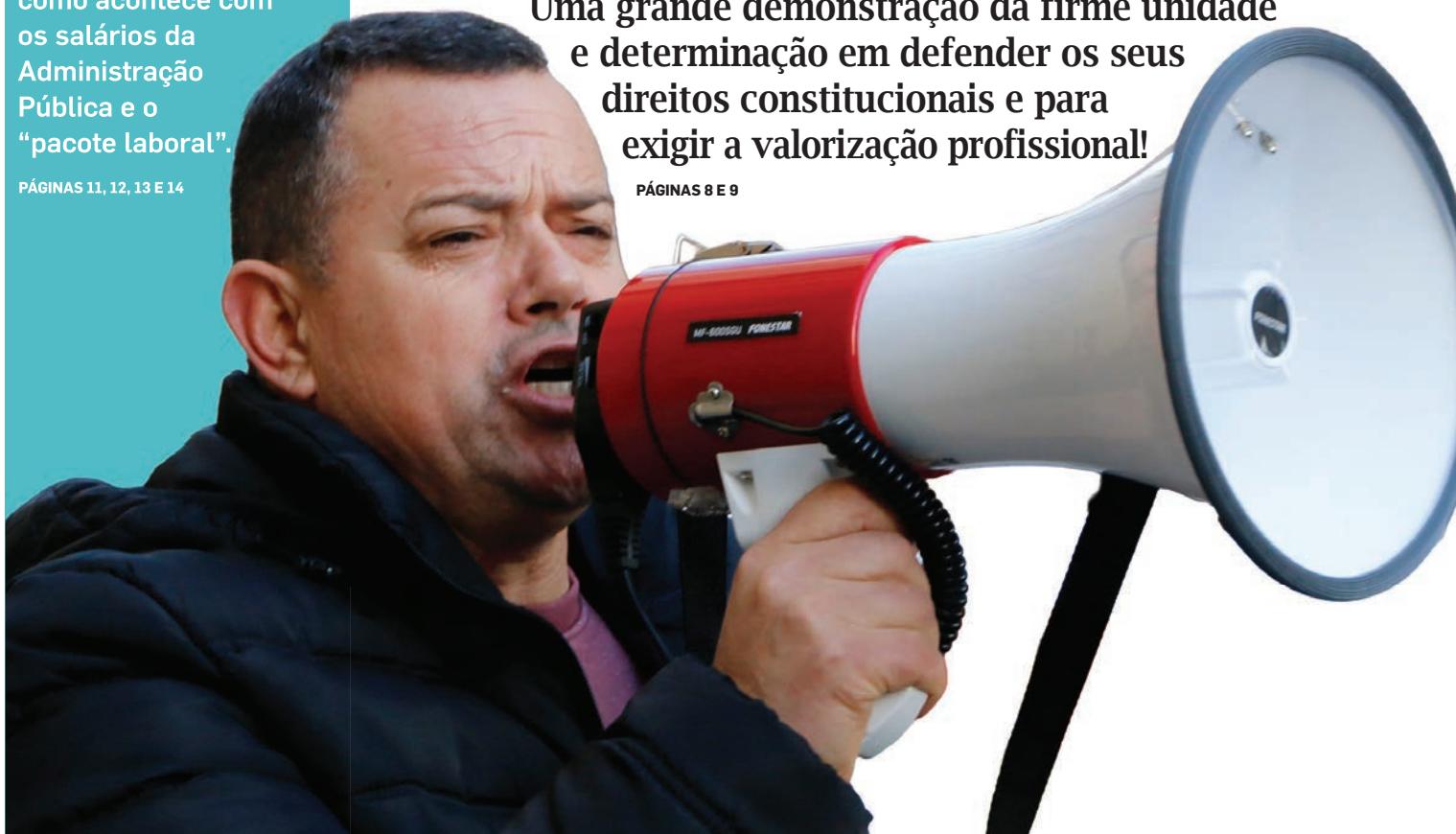


DESTACÁVEL  
OE E TRU 2026

## ISTO VAI DE MAL A PIOR!

O Governo insiste em apoiar os grandes grupos económicos, em aprofundar o empobrecimento e a tentar retirar direitos aos trabalhadores, como acontece com os salários da Administração Pública e o "pacote laboral".

PÁGINAS 11, 12, 13 E 14



A LUTA DOS TRABALHADORES VAI CONTINUAR CONTRA O BRUTAL ATAQUE DO GOVERNO PSD-CDS

# "PACOTE LABORAL" TEM DE CAIR!

Mais de 190 mil trabalhadores - com destaque para os da Administração Local e sector empresarial - subscreveram o abaixo-assinado entregue pela CGTP-IN ao Primeiro-Ministro, contra as alterações à legislação laboral. Pela mesma razão, três milhões de trabalhadores aderiram à Greve Geral (11 de Dez.) e mais de 100 mil participaram na "Marcha Nacional" (8 de Nov.)

Uma grande demonstração da firme unidade e determinação em defender os seus direitos constitucionais e para exigir a valorização profissional!

PÁGINAS 8 E 9



SST

Grupo de trabalho sobre Segurança e Saúde

O STAL definiu esta área como prioritária, mas ainda neste ano do 50.º aniversário da Constituição.

PÁGINAS 2 E 3



CONSULTÓRIO JURÍDICO

Exigir o pleno reconhecimento do direito à progressão

Exemplos paradigmáticos da destruição das carreiras.

PÁGINA 6



SERVIÇOS PÚBLICOS

Condição de igualdade e democracia

O bom funcionamento dos Serviços Públicos são o maior obstáculo aos negócios privados. Daí que os sucessivos governos têm tomado medidas para os enfraquecer.

PÁGINA 15

# ENTREVISTA



Reunião nacional de SST na sede do STAL, em Novembro.

## GRUPO DE TRABALHO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

# Com representantes de SST, os trabalhadores ficam mais protegidos e com melhores condições de trabalho

Neste ano em que se comemora o 50.º aniversário da Constituição Portuguesa, importa relembrar que o artigo 59.º consagra o direito à prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde, competindo ao empregador assegurar tais condições.

**A**s condições de trabalho e, em especial, a Segurança e Saúde no Trabalho (SST), são dimensões essenciais da intervenção sindical, com imensa potencialidade reivindicativa e determinante para melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Apesar do actual contexto político-social não ser favorável aos trabalhadores, com as políticas de direita adoptadas pelo governo PSD-CDS a impedir a valorização do trabalho e dos trabalhadores, as “palavras de ordem”

devem ser “resistir” e “proseguir” a luta para defender e conquistar mais direitos. Em pleno séc. XXI, quando a evolução tecnológica e digital levanta novos desafios, a estatística não engana e comprova que o capitalismo não se preocupa com a segurança e saúde dos trabalhadores.

Em 2024, a Autoridade para as Condições no Trabalho regista 654 acidentes de trabalho graves e 145 mortes por acidente de trabalho, duas das quais na Administração Pública. Quanto às doenças profissionais, em 2023

foram certificadas 13.984 doenças profissionais (65% trabalhadoras), com 516 casos a ocorrer na Administração Pública. No sector da Administração Local, considerando as características dos serviços públicos prestados, a multiplicidade de tarefas, o trabalho por turnos, a polivalência, a penosidade e insalubridade de muitas funções aumenta a probabilidade de ocorrência de acidentes laborais e doenças profissionais que, por si só, deveria significar maior responsabilização dos empregadores.

Mas, na maioria das autarquias, o desinvestimento é enorme, limitando-se muitas delas a distribuir equipamentos de proteção individual (EPI) e a transferir a responsabilidade da prevenção para a esfera individual dos trabalhadores. Já nas empresas concessionárias, embora várias tenham, por obrigação legal, serviços internos de Segurança no Trabalho, isso nem sempre significa a melhoria das condições de trabalho e a assunção das responsabilidades que lhes cabem na promoção da SST.

## SST: DIREITO CONSTITUCIONAL

Há muito que o STAL definiu esta área de intervenção como prioritária, mais ainda neste ano, em que se comemora os 50 anos da Constituição, cujo art.º 59.º consagra o direito à prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde.

Luísa Silva, responsável pela área das Condições de Trabalho, reconhece o caminho difícil que ainda é preciso percorrer nesta matéria, em todos os locais de trabalho, sejam autarquias ou empresas. Em regra, o que as distingue é apenas a necessidade de certificação. «Na maioria das empresas, o quadro pode parecer mais positivo porque precisam das certificações e dos apoios externos, pelo que a imagem é-lhes muito importante. Ou seja, a verdadeira razão não é a preocupação com as condições de trabalho, é antes cumprir os mínimos que garantam a certificação. É a instrumentalização dessas mesmas condições de trabalho. Dou alguns exemplos: numa empresa do grupo EGF existem EPI, no entanto, a já de si elevada carga horária é agravada pela falta de trabalhadores que, somando às duras, penosas e insalubres funções e à constante pressão sobre os trabalhadores, incluindo limitações à organização sindical no local de trabalho, torna péssimas as condições de trabalho, apesar de haver EPI. Noutra empresa do mesmo grupo, as condições são melhores, até porque existe um Acordo de Empresa e trabalhadores atentos ao seu cumprimento. Por outro lado, há empresas de limpeza urbana privadas, contratadas pelos municípios, em que os trabalhadores nem posto de trabalho fixo têm, quanto mais EPI.»

Falando sobre as autarquias – que deviam dar o exemplo –, a dirigente explica que a disparidade também é grande e, em regra, as condições de trabalho são más ou muito más: «Temos trabalhadores a almoçar paredes meias com o canil, ou em cima de bidões de alcatrão; autarquias em que não há balneários ou, existindo, não têm água quente; onde as botas ou as luvas são de má qualidade e sem distinguir o trabalho do electricista do pintor ou do que alcatroa; onde a “oficina” é um amontoado de má-

*quinas e ferramentas, etc. Também há bons exemplos, é verdade! Há autarquias onde o fardamento é adaptado a cada função, em quantidade que permite trocar de farda diariamente; onde a lavagem da farda é garantida pela autarquia; onde é distribuído protector solar e repelente de insectos, é verdade! Pena não serem a maioria!*

Para Luísa Silva é claro que a grande diferença reside na existência e capacidade de intervenção organizada dos representantes para a Saúde e Segurança no Trabalho com o apoio do Sindicato: «Quanto aos serviços de Medicina no Trabalho, é certo que é obrigatório, mas a saúde do e no trabalho exige a presença de profissionais de saúde e serviços de saúde ocupacional, e não a "treta" da medicina do trabalho "sobre rodas" que, em grande parte se limita a cumprir os "mínimos", análises periódicas e pouco mais, tratando bem, isso sim, da saúde financeira das companhias de seguros! Que o digam os trabalhadores vítimas de acidente ou doença profissional, descartados pelos empregadores.»

Independentemente da dimensão ou se o empregador é público ou privado, a dirigente sublinha que o desafio que se coloca «é o de alterar o paradigma das condições de trabalho, melhorando-as, dignificando o trabalho e transformando os locais de trabalho em espaços seguros e atentos à promoção da saúde». Por isso, frisa: «A Saúde e a Se-



**“A falta de condições de trabalho não afecta só os operacionais. Há administrativos e técnicos superiores também a trabalhar em condições miseráveis”**

LUIZA SILVA

*gurança têm que ser do Trabalho, mais do que no trabalho!»*

#### REGULAMENTOS PENALIZADORES

Curiosamente, em muitas entidades empregadoras onde escaiam as condições laborais mínimas ou somente estas existem, abundam os regulamentos

Porque a tal são obrigadas ou, não o sendo, aproveitam para, à boleia, "castigar" os trabalhadores. Regulamentos esses que, em muitos casos, estão repletos de ilegalidades e colidem com direitos constitucionais.

«*Essa é uma preocupação a que o STAL está atento*», salienta a dirigente, dando o exemplo dos regulamentos relativos ao consumo de álcool e substâncias psicoactivas: «*Somos a favor que existam, mas que sirvam para detectar, acompanhar, educar e tratar, em vez de castigar, ostracizar ou ser motivo para processo disciplinar com intenção de despedimento do trabalhador.*»

Nesta matéria, o STAL tem trabalhado com o Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD), que «dá-nos todo o apoio e concorda com a nossa postura face a estes regulamentos». Destacando o exemplo da Câmara Municipal de Tábua, Luísa Silva conta que «o município fez queixa do parecer que o STAL deu sobre o seu regulamento, mas que o ICAD deu razão ao Sindicato».

Outros regulamentos há que têm igualmente a "mira apontada" aos trabalhadores. Por exemplo, os de assiduidade ou até alguns códigos de conduta que, na maior parte, são penalizadores dos trabalhadores. Como habitualmente, o STAL está do lado dos trabalhadores e dar-lhes-á todo o apoio se os regulamentos contiverem normas que contrariam a lei. ■

## ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES

Foi com grande persistência e muita luta que com a aprovação do regime jurídico para a promoção da SST (Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro), a CGTP-IN e os seus sindicatos, asseguraram um conjunto de direitos para os representantes dos trabalhadores, possibilitando-lhes, assim, serem actores privilegiados na identificação de necessidades e reivindicação de soluções.

Após 16 anos da aprovação dessa Lei, verifica-se a necessidade de a alterar, reforçando os direitos dos trabalhadores e dos seus representantes em SST, desde logo, simplificando o processo de eleição dos mesmos, que "é moroso e muito trabalhoso", e com o aumento do crédito de horas, entre outras. Mas, seja pela burocracia ou por dificuldades de organização, esta é uma área que o STAL

identificou como de intervenção prioritária. «*Deixando de eleger representantes para a SST, os trabalhadores ficam mais desprotegidos e em piores condições para o desenvolvimento da acção reivindicativa*», sublinha Luísa Silva, acrescentando que a falta de condições de trabalho "é transversal a todas as carreiras – há administrativos e técnicos superiores também a trabalhar em condições miseráveis –, embora seja mais sensível na área operacional".

Daí, o STAL ter realizado, em Novembro uma reunião nacional de trabalho e, em Dezembro, uma sessão de esclarecimento para incrementar eleições nos locais de trabalho e a acção reivindicativa, bem como reforçar a informação e a formação específica para representantes dos trabalhadores para a SST.

## Lutar sempre!

O ano de 2025 fica marcado pelo feroz ataque do governo PSD-CDS – com o apoio do CH e IL – aos Serviços Públicos e às Funções Sociais do Estado, materializado no desinvestimento e degradação desses serviços essenciais, visando criar as condições para que os grupos económicos se apoderem do SNS, da Educação e da Segurança Social (e assim satisfazer a sua ganância de lucro) e pela tentativa de desferir o mais violento ataque aos direitos dos trabalhadores com o "pacote laboral".

Mas, a maior marca do ano que terminou foi deixada pelos trabalhadores que, percebendo as verdadeiras intenções do Governo, rejeitaram o "pacote laboral" com uma grandiosa participação na "Marcha Nacional" (8/11) e adesão à Greve Geral (GG - 11/12), ambas convocadas pela CGTP-IN.

O Governo pretende piorar uma lei que já é altamente prejudicial para quem trabalha e usá-la como "arma" contra os trabalhadores. Quer perpetuar os baixos salários, impor os despedimentos sem justa causa, agravar e eternizar a precariedade, desregular e prolongar ainda mais os horários de trabalho, atacar os direitos de maternidade e paternidade, destruir a contratação colectiva e os direitos nela consagrados, atacar a liberdade sindical e o direito de greve.

«*Querem-nos negar uma vida melhor, condenar a uma vida de precariedade e sem direitos, calados e amarrados, sempre disponíveis para o trabalho e, se possível, amordaçados*», afirmou o secretário-geral da CGTP-IN.

Não. Não nos resignamos nem nos calamos! O "pacote laboral" tem que ser derrotado! E é necessário que os trabalhadores se mantenham firmes neste combate!

A força imensa de quem produz a riqueza e de quem mantém o País a funcionar, demonstrada na GG, serve de aviso a quem considera que a "voz dos trabalhadores" não conta. Será esta força imensa que dará expressão e continuação a qualquer luta que seja necessária desenvolver, com confiança, determinação e de olhos posto num futuro de progresso e justiça social.

**Há quem queira o Mundo de "pernas para o ar".** Começamos 2026 com o Mundo "salpicado" de guerras ou ameaçado por elas, no Leste da Europa, Médio Oriente, Ásia, África ou na América do Sul. Move-os o negócio das armas, o petróleo, as terras raras... A ganância do capitalismo mais feroz, sedento de cada vez maior concentração da riqueza. E há quem alegue que defende a Paz... armando uma das partes em conflito (alimentando o lucrativo negócio do armamento). É querer "apagar" o fogo com gasolina e "solidariamente" afirmar: "Quantos mais ardes mais eu gosto de ti!" Mas, a luta dos povos pela sua soberania, pela Justiça e pela Paz vencerá!

**50 anos da Constituição Portuguesa e de Poder Local Democrático.** É urgente que ambos se cumpram, a bem do País! Porque, como diz a canção, "Só há Liberdade a sério quando houver Paz, Pão, Habitação, Saúde, Educação"... para TODOS! ■

# OPINIÃO

# Só há uma forma de evitar a greve: torná-la inútil e desnecessária

O primeiro a ceder não pode ser aquele que nada tem, mas aquele que possui os meios matérias da cedência, o detentor do poder político e económico.

**LUÍS CORCEIRO**

ADVOGADO

**E**ntrámos em 2026, um ano que se revelará, no final, desastroso ou vitorioso para a causa dos trabalhadores. Porque as forças actuais, sobretudo políticas, são favoráveis ao capital, bastará todavia resistir à onda de choque contra o trabalho para no fim a resistência sair vitoriosa. «No dia 28 de Maio de 1969, a paciência das mulheres atingiu a saturação. E, num momento impensado, as máquinas pararam como que por milagre. (...) Uma voz menos avisada gritou: – Vamos embora! (...) Tratou-se de uma reação espontânea. Não foi pensada nem programada. As próprias interventoras ficaram mudas, espantadas. A paralisação durou uma hora e meia ou duas horas, não mais.»

Em Unhais da Serra, na Penteadora, o patrão quis impor que cada mulher passasse a trabalhar com 800 furos em vez de 400 como até aí. Resultado: sobre-exploração brutal, despedimentos, impossibilidade física de execução, desadequação das máquinas, desperdício de material, fio imperfeito e duplicação do tempo de paragem das máquinas. Prejuízo em vez de lucro a dobrar. O conflito cresceu até ao confronto, em 25 de Novembro de 1969.

«Pelas seis horas da manhã, vários elementos da GNR (...) bloqueavam a entrada nas instalações fabris identificando as pessoas, uma a uma. (...) a GNR entrou também. Em frente das máquinas cada trabalhadora ocupava o seu local de trabalho, esperando que o encarregado li-



Foto dos anos 30 d'A Penteadora, Fábrica de Penteação e Fiação de Lãs.  
E, em baixo, uma comunicação interna a identificar...

PENTEADORA	Comunicação Interna	Weinerlex II. T. Modelo N.º G. 411
A EXMA. ADMINISTRAÇÃO	SEÇÃO: _____	-A-
DE: DIRECÇÃO T. FABRIL	SEÇÃO: ENGENHARIA INDUSTRIAL	
ASSUNTO: INDISCIPLINA - PARAGEM DA SECÇÃO DE FIAGÃO		
Comunico à Exma. Administração para os devidos efeitos que hoje pelas 18 horas a secção de fiagão paralisou quase totalmente, resultando de uma má interpretação que foi feita nos salários.		
Informem os adjuntos das associações da forma como se ia processar o pagamento dos salários e mais informem que se algum pessoal tivesse ainda alguma dúvida, no dia 6-1-72 poderiam apresentar qualquer espécie de reclamação.		
A secção esteve parada pouco tempo cerca de 1 minuto, pois quando entrei as máquinas começaram quase todas a trabalhar. As operárias que pararam as máquinas foram as seguintes:		
Maria do Carmo Alves Silva nº. 307		
Maria Eugénio Alves Carvalho nº. 221		
Bárbara Carvalho Serra nº. 126		
DATA	ASSINATURA	
Assinatura: Maria de Jesus Silva Correia nº. 331		
Rosa Mendes Costanheira Guilherme nº. 254		
Maria de Jesus Antunes Alves Pinto nº. 168		
Maria Delfina Antunes Silva nº. 176		
Carmo Duarte Barata nº. 96		
Maria de Patrocínio Calado Pereira nº. 270		
Maria de Jesus Batista Paixão nº. 146		
Maria Frazeres Gouveia Guerra nº. 245		
Maria Delmira Pinto Henriques nº. 157		
Rosário de Jesus Afonso nº. 199		
Maria do Carmo Anunciação Moreira nº. 248		
Maria do Patrocínio Carvalho Rodrigues nº. 113		
A operária 113 foi a última a por a máquina em funcionamento.		
DATA 5-1-72	ASSINATURA	H C

... as mulheres que protestaram devido a salários (5/1/1972).

gasse a corrente eléctrica, para iniciar a laboração.

O relógio indicou a hora, o quadro da corrente foi ligado, as luzes acenderam-se, mas as máquinas mantiveram-se imobilizadas e silenciosas. Um vazio enorme pairou como fantasma sobre a atmosfera daquele salão transformado em quartel e praça de armas. Ninguém se moveu, ninguém esboçou qualquer som. Em frente das máquinas os braços caídos davam o mote da resistência (...) de braços caídos

“

Se não tivermos medo somos nós que conquistamos direitos. Se tivermos medo perdemos força.

(1) Nome verdadeiro de pessoa ainda viva

(2) Descrição de José Corceiro Mendes, à data técnico têxtil na Penteadora, in "A verdade e o sonho". Edição de autor, 2003.

a greve acabara de nascer. A GNR mandou trabalhar, mas ninguém obedeceu. Um GNR dirigiu-se à Alexandrina apontando-lhe a arma: – Menina, ou põe já a máquina a funcionar ou eu dispare. – Se eu fosse algum mosquito... – retrorquivou a Alexandrina (1). (...) Casos como este sucederam-se a esmo, mas a paralisação continuou. A guarda tentou levar as operárias a abandonar os locais de trabalho, mas elas responderam que cumpriam o dever de garantir a integridade das máquinas, da matéria-prima, das instalações. (...)

Vinharam em grupos, silenciosos, (...) estavam ao corrente da situação. Ao cruzarem-se com as que saíam, cabisbaixas e tristes, deixavam transparecer uma firmeza até ali jamais revelada. A GNR foi rendida por novas unidades (...). Não adiantou que os ponteiros do relógio apontassem as catorze horas. De nada serviu ligar o quadro da corrente eléctrica. As máquinas registavam a presença das trabalhadoras, mas não se moviam.

As ameaças, as intimidações e provocações grosseiras, assumiam-se mais duras e impiedosas do que durante a manhã. O povo, disperso nos passeios, assistia comovido e estupefacto àquela marcha cadenciada e silenciosa. Havia lágrimas de raiava de mistura com a alegria de terem resistido. A greve revelava-se um instrumento de luta mais poderoso do que se imaginara. (...)

Passados dois dias, a repressão chegava ao rubro. Se um GNR escarnecia, logo outro ofendia, mais outro empurrava, um quarto ameaçava apontando a arma, um quinto espancava como um louco de olhos vendados. Era pancada cega. (...) O Natal aproximava-se. A marcha silenciosa em direcção à fábrica aumentava a curiosidade e espanto da população. As famílias mais débeis e necessitadas começavam a esmorecer perante a falta de pão. Só assim a GNR conseguiu um triunfo (...) vergonhoso. As operárias capitularam ao cabo de duas semanas de luta.» (2) Mas os 800 furos caíram.

A Penteadora ainda existe em

Unhais, marca negra da exploração capitalista, exemplo de mesquinhez e néscio patronal, estandarte da argúcia e coragem das mulheres fiadeiras.

#### TRANSPÔR

#### A BARREIRA DO MEDO...

Estas valentes e corajosas mulheres, que há 56 anos protagonizaram a afronta ao patrão e à repressão fascista eram e são pessoas como todos nós.

Tiveram a seu favor duas armas que usaram com mestria: a razão na defesa dos postos de trabalho e do modo qualificado de laboração da fiação e transpu- seram a barreira do medo.

Os trabalhadores deste malfadado 2026 têm já a seu favor a razão da defesa do seu salário e dos direitos que, em vez de espezhados, devem ser amplia- dos e garantidos. Pela frente têm uma situação nada vantajosa, mas bem melhor em meios, organizaçao e alcance do que aquela em 1969. Têm a seu favor a força da razão e da justiça das reivindicações. O mal- vado pacto laboral, a vingar, é um desastre para os direitos e o bem-estar dos trabalhadores. Os salários têm que aumentar, dê por onde der. O combate defronta forças mas confronta também o medo sob diversas formas.

O medo supera-se como foi superado em centenas de milhares de casos passados.

#### ... E NÃO TER MEDO DE TER MEDO!

Querem que tenhamos medo. Tudo fazem, tudo inventam e tudo maquinam para gerar medo, sobretudo para se ter medo daquilo que eles têm horror de que não tenhamos medo.

Se tivermos medo eles ganham. Se não tivermos medo nós ganhamos. Se tivermos medo nós cedemos direitos. Se não tivermos medo somos nós que conquistamos direitos. Se tivermos medo perdemos força. Mas se não tivermos medo, avançamos e ganhamos mais força para nunca mais termos medo do medo que nos impingem.

Ter medo é ter a consciência de que haverá sofrimento, alguma perda e contrariedades. Não ter medo é saber e ter a certeza que o sofrimento é efémero e compreenderá, porque é sem medo que o mundo pula e avança. ■

# Com mentiras me distrais...

**É na guerra das percepções nos nossos telemóveis que se ganham os votos dos distraídos. É por isso que cabe a cada um de nós ganhar consciência para não cair nas “esparrelas” da desinformação.**

**MARIANA VIOLENTE**

DIRIGENTE SINDICAL

**E**xactamente no mesmo dia em que, na Assembleia da República, se discutiu muito mediaticamente e com espalhafatoso suor, berros e indignação, a “urgentíssima” importância de banir o uso da burca a meia dúzia de mulheres que com ela se cobrem no seu dia-a-dia, chumbou-se, sem qualquer alarido ou nota digna desse nome na imprensa, um conjunto de propostas de alguns partidos à esquerda para aprofundar as protecções sócio-económicas do Estatuto do Idoso. Alguns dos digníssimos deputados da Nação, enquanto nos entreveriam com os falsos perigos de islamização da sociedade portuguesa, consubstanciados em precisamente zero factos, negaram a uma das camadas mais fragilizadas da nossa população – as pessoas idosas – direitos que iriam proteger ou aprofundar garantias de acesso a uma habitação digna, a cuidados básicos de saúde, a pensões que lhes permitissem viver dignamente na última etapa das suas vidas, depois de uma vida de trabalho.

Na mesmíssima semana em que o Governo anunciou a intenção de mexer na legislação laboral, dando-nos a conhecer de sossaião, à socapa e com eufemismos palavrosos o ataque cerrado e sem precedentes aos nossos direitos adquiridos com tanta luta, os extremistas do costume, que se afirmam anti-sistema, faziam o frete ao Governo de desviar a atenção para os “problemas” da nacionalidade – outro assunto que merece um olhar mais sério para os factos, em vez da habitual instigação do medo



SUSANA MATOS

da diferença baseado em mentiras e preconceitos. Mais: o mesmo líder extremista, auto-proclamado “homem do Povo” do alto do seu condomínio privado, apenas se mostrou ligeiramente inclinado contra o “estúpido pacote laboral” (palavras suas), na véspera da grande Greve Geral (11 de Dezembro) organizada pelos trabalhadores, quando os ventos da luta por direitos se tornaram impossíveis de ignorar, mais parecendo uma cana de bambu vergada...

#### DESINFORMAÇÃO = FALÁCIAS, MENTIRAS E DETURPAÇÕES

Será obra do acaso este tipo de manobras? É mera coincidência que se tente trazer para a “bolha mediática”, de forma fa-

laciosa, com mentiras e deturpações, temas polémicos e que geram discussão acesa, quando se pretende passar pelos “pingos da chuva” as leis que realmente mexem com a vida de todos? Não, não é por acaso! Esta recorrente estratégia de distração está mais acesa do que nunca. É na guerra das percepções nos nossos telemóveis que se ganham os votos dos distraídos. E é por isso que cabe a cada um de nós ganhar consciência para não cair nas “esparrelas” da desinformação, e procurar os dados da Ciência, e não os que confirmam as nossas suspeitas infundadas.

Entender que a nossa rua, o nosso bairro, a nossa amiga que conhece não sei quem – a nossa “bolha” de rede social – não

é a realidade toda. Mais do que nunca, não podemos ceder ao clique fácil que nos diz que temos razão, sem nos apresentar provas de nada.

As árvores de Natal que muçulmanos vandalizaram, afinal, eram uma tradição sueca natalícia; o burro maltratado por ciganos em Portugal, afinal, foi há mais de 10 anos e outro país; as mortes de cristãos perseguidos na Nigéria – sempre de lamentar e condenar – foram, afinal, menos do que os próprios concidadãos muçulmanos que os tentaram defender.

É importante manter o foco no essencial e na verdade, porque é disso que depende o sucesso da luta dos trabalhadores: da verdade, da justiça, da luta e da união! ■

**TODO O TEMPO DE SERVIÇO TEM DE SER CONTABILIZADO**

# Exigir o pleno reconhecimento do direito à progressão

Apela-se a que os trabalhadores reivindiquem o reconhecimento dos seus direitos, neste caso especialmente no âmbito da progressão, solicitando o apoio que for necessário junto das estruturas representativas do STAL e dos respectivos serviços jurídicos.

**B**em sabemos quão rígidas são as regras que permitem a alteração do posicionamento remuneratório, porquanto se trata de uma matéria regulada, na generalidade, de forma extremamente redutora, pelos artigos 156.º e seguintes, da LTFP, com base na pontuação obtida pelo SIADAP, que é uma fonte de lamentáveis injustiças e discriminações dos trabalhadores.

Porém, além desse regime geral, existem regras especiais cuja aplicação não pode ser esquecida, como as do DL 84-F/2022, de 16/12, e do DL 75/2023, de 29/8, a que daremos especial atenção. Relativamente ao DL 84-F/2022, é imprescindível que, logo do início de 2026, se dê cumprimento ao disposto no art.º 11.º, alínea d), impondo a progressão dos



trabalhadores com a categoria de Assistente Operacional, que «detenham entre 15 e 23 anos de serviço na categoria e para os trabalhadores que detenham entre 30 e 32 anos de serviço na categoria, a 31 de Dezembro de 2025».

Como sabemos, as alíneas anteriores desse artigo estatuíram a obrigatoriedade de progressão, em 2023, 2024 e 2025, dos trabalhadores da

referida categoria que detivessem o tempo de serviço fixado nessas alíneas. Quanto ao DL 75/2023, regula o chamado "acelerador de progressões", medida aplicável uma única vez a cada trabalhador, seja qual for a respectiva carreira, que em 30 de Agosto de 2005 detivesse, pelo menos, 18 anos de serviço, abrangendo os períodos compreendidos entre 30 de Agosto de 2005 e

31 de Dezembro de 2007 e de 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2017, exigindo-se, para o efeito, o mínimo de seis pontos, sendo os excedentes creditados para uma futura progressão.

## REGRAS RÍGIDAS E RESTRITIVAS

Esta é uma matéria que temos tratado em diversos documentos e dado especial ênfase à necessidade de serem relevados todos os anos de serviço prestado em regime de precariedade, observando-se, por um lado, as normas legais que expressamente impõem essa contagem e, por outro, o facto de um vultoso número de trabalhadores ter ingressado no quadro/mapa de pessoal, sem qualquer interrupção no desempenho das suas funções habituais, que continuaram a exercer como efectivos. Por isso, defendemos que todo

esse tempo de serviço tem de ser contabilizado para efeitos de progressão ao abrigo do art.º 11.º da LTFP, contando já alguns importantes êxitos, mas ainda longe de alcançarmos o que justamente pretendemos.

Esta é a posição que o STAL defende e que irá ser objecto de avaliação complementar, tendo em conta novos elementos de que dispomos, e que vêm ao encontro do que temos exigido, aprofundando assim a fundamentação que temos divulgado.

Sendo rígidas e restritivas as regras de progressão, o mínimo que se impõe é o seu pleno cumprimento, interpretando-se as normas em apreço com o espírito de justiça que deveria ser sempre apanágio das entidades empregadoras, especialmente quando estamos a falar do Poder Local Democrático, que, em vez de se curvar docilmente a orientações infundadas da DGAEP e das CCDR, deveria, ao contrário, agir em conformidade com as legítimas expectativas dos trabalhadores, especialmente numa matéria em que dispõem de bastos argumentos jurídicos para agirem em conformidade com o que pretendemos. ■

## SST: PERGUNTAS & RESPOSTAS

# Fraca qualidade dos locais de trabalho

Esta é uma realidade nas autarquias que importa combater e contra a qual o STAL luta diariamente. Embora a legislação sobre esta matéria remonte às décadas de 1970/80, e, por esse motivo, não reflecta a evolução dos materiais e técnicas de construção, ainda assim, se for cumprida verificar-se-á uma melhoria substancial na promoção da SST.

### Quais as condições necessárias num refeitório?

As refeições não devem ser permitidas nos locais de trabalho. Sempre que um local de trabalho tenha mais de 50 trabalhadores, ou verificando-se essa necessidade, deve existir um refeitório com uma área mínima de 18,5 m<sup>2</sup>, para utilização até 25 pessoas em simultâneo, equipado com mesas e cadeiras em bom estado, lavatório nas imediações e equipamento para se-



cagem de mãos, ventilado e com iluminação natural. O refeitório deve estar equipado com meios próprios para o aquecimento de refeições.

### Quais as condições mínimas das instalações?

As exigências legais variam da tipologia dos locais de trabalho, mas, entre outras obrigações, é obrigatório que as instalações tenham uma altura mínima de 3 m e uma área mínima de 1,80

m<sup>2</sup> por trabalhador. As paredes, tectos e pavimentos devem ser revestidos, laváveis e permitir a sua pintura ou reparação. Todas as instalações devem ter ventilação com renovação de ar e, dentro do possível, possuir iluminação natural, salvaguardando que as janelas e clarabóias não resultem em excessiva exposição ao sol.

### Quando devem ser limpas?

As instalações devem ser limpas e higienizadas com regularidade, atendendo ao número de utilizadores e tendo, por referência, a limpeza diária de pavimentos, planos de trabalho, utensílios de uso diário e instalações higieno-sanitárias. Deve haver limpeza obrigatória de paredes e tectos, fontes de luz natural e artificial e equipamentos de uso não diário. ■

**"PACOTE LABORAL" AFRONTA A CONSTITUIÇÃO E É UM BRUTAL ATAQUE AOS DIREITOS LABORAIS**

# Todos têm direito ao trabalho

A obrigação de o Estado promover a execução de políticas de pleno emprego é um princípio consagrado na Constituição da República Portuguesa, que cumprirá meio século no próximo dia 2 de Abril, e é uma exigência dos trabalhadores.



Portugal é o 2.º país da UE com mais trabalhadores precários.

**O**s trabalhadores sabem bem, como escreveu Sandra Monteiro (directora da edição portuguesa do "Le Monde"), que é no trabalho que tudo começa e que as desigualdades que não se resolvem ali, a exploração que não se combate naquele lugar, prolongam-se pela vida, reproduzem-se pelas gerações.

Sabem que é o trabalho que cria tudo o que tem valor, e que foi graças à organização colectiva e à sua luta que conquistaram os direitos que hoje lhes assistem, que tornam o trabalho um processo de realização humana. O princípio de que todos têm direito ao trabalho, do qual decorre a obrigação do Estado promover a execução de políticas de pleno emprego, está consagrado na nossa Constituição, que cumprirá 50 anos em 2 de Abril, e uma exigência dos trabalhadores.

Porém, e apesar de aprovada pelos partidos responsáveis pela governação nas últimas décadas, esta norma constitucional tem sido subvertida e atacada pelos que deveriam ser os primeiros

a zelar pelo seu cumprimento, como o "pacote laboral" deste Governo, que afronta a Constituição, viola direitos nela inscritos e constitui um brutal ataque aos direitos laborais. Em vez da implementação de políticas económicas geradoras de trabalho com direitos, optou-se por uma matriz de baixos salários e de trabalho precário – Por-

tugal é o 2.º país da União Europeia com o maior número de trabalhadores precários – que, apesar de contrários ao desenvolvimento económico e social do País, continua a ser um factor de acumulação de lucros gigantescos para os accionistas: as 16 maiores empresas cotadas em Bolsa distribuem, este ano, mais de 3200 milhões de euros!

## A INTERVENÇÃO DO STAL NA 1.ª REVISÃO CONSTITUCIONAL

O Movimento Sindical Unitário (MSU) teve um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores e do Poder Local Democrático no âmbito da 1.ª revisão constitucional, em 1982, em que estiveram em discussão normas sobre direitos dos trabalhadores, participação nas empresas e enquadramento dos serviços e empresas públicas. Nesse período, o STAL promoveu forte intervenção política e mobilizadora, procurando travar recuos nos direitos laborais, defender garantias específicas dos trabalhadores da Administração Local e opondo-se a tectos salariais e "pacotes laborais" restritivos.

Fruto da forte resistência do MSU, com relevo para o STAL, durante esse processo de revisão mantiveram-se e foram ajustados direitos constitucionais como o de criar comissões de trabalhadores, o direito à greve e a protecção dos representantes eleitos dos trabalhadores contra represálias.

A 1.ª revisão também reafirmou os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais como o "limite material" da revisão constitucional, isto é, um núcleo que não pode ser abolido, correspondendo a uma "linha vermelha" que os sindicatos defenderam politicamente.



### Artigo 58.º

1. Todos têm direito ao trabalho.
2. Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover:

  - a) A execução de políticas de pleno emprego;
  - b) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais;
  - c) A formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.

## DESTRUÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DO SECTOR PRODUTIVO

Ao invés de se privilegiar o investimento no sector produtivo, assistiu-se à sua destruição e privatização, culminando no seu domínio por parte do capital estrangeiro. Em 2024, "voaram" para o exterior quase 8 mil milhões de euros em dividendos, o maior valor em 14 anos.

A nossa economia, neoliberal e profundamente desigual, não pode ser desligada do processo de integração europeia, assimidamente desenhada para fazer do trabalho e dos salários uma variável de ajustamento interno, mediante a qual se opera uma brutal transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

Entre 1999 e 2024, os salários reais cresceram apenas 13,5%, e a produtividade do trabalho 20,8%, o que também não é famoso. Isto significa uma quebra do peso dos rendimentos do

trabalho no rendimento nacional em cerca de 4%, mais de 10 mil milhões de euros.

Um em cada 10 trabalhadores é pobre, revela o INE. Um estudo recente<sup>1</sup>, confirma que o desemprego jovem permanece elevado, assim como o desemprego de longa duração, e mais de 500 mil trabalhadores encontram-se em situação de subutilização, confirmando que o País está ainda longe de uma situação de pleno emprego. Os trabalhadores sobrequalificados recebem menos 36,8% do esperado para a qualificação.

## DEMOCRACIA AMEAÇADA

A história demonstra que a segurança laboral e os ataques aos sindicatos ameaçam perigosamente a democracia, como, aliás, se vê. Ao contrário, nas sociedades em que os sindicatos têm um papel relevante e nas quais os trabalhadores têm poder reivindicativo, os salários são mais altos e maior é a resistência às ideologias de direita e extrema-direita.

Portugal não tem futuro se manter este modelo de baixos salários, precariedade e desregulação dos horários. Já não é só um problema de crescimento anémico da economia. Este caminho hipoteca a evolução demográfica, reduz a capacidade produtiva, ataca os direitos assegurados pelos Serviços Públicos e põe em causa o desenvolvimento soberano.

É, pois, urgente o aumento geral e significativo dos salários, o que não se compadece com actualizações miserabilistas, pôr fim à precariedade e garantir segurança no emprego, valorizar as profissões e assegurar o direito à carreira profissional, apostar seriamente na formação e qualificação.

Prosseguir, intensificar e ampliar a luta pela concretização destes objectivos é, por isso, crucial para responder aos anseios dos trabalhadores do presente e garantir a construção de um futuro melhor para as novas gerações. ■

<sup>1</sup> TEPS 2025, www.colabor.pt

## EM LUTA



Manifestação após a Greve Geral; e Marcha Nacional contra alterações à legislação laboral.

**GREVE GERAL COM FORTE ADESÃO E “MARCHA” JUNTA MAIS DE 100 MIL EM LISBOA**

# Trabalhadores rejeitam “pacote laboral”!

As mais de 190 mil assinaturas recolhidas, a elevada adesão à Greve Geral e a Marcha Nacional contra o “pacote laboral” demonstram a firme rejeição às alterações à legislação laboral que o governo PSD-CDS quer impor, e que, se fossem postas em prática, representariam um enorme retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

**A** Greve Geral saldou-se pela grande mobilização e adesão massiva dos trabalhadores da Administração Pública – com destaque para os da Administração Local e empresas concessionárias – e do sector privado, constituindo uma poderosa resposta à violenta ofensiva que representa o “pacote laboral” e a política de direita ao serviço dos grupos económicos e financeiros que ataca salários, direitos e Serviços Públicos, protagonizada pelo governo do PSD/CDS e apoiada pelo CH e IL.

Na intervenção junto à Assembleia da República, Tiago Oliveira (secretário-geral da CGTP-IN), salientou tratar-se «de uma das maiores greves gerais de sempre, se não mesmo a maior», e alertou: «Querem-nos condenar a uma vida de precariedade e sem direitos, calados e amarrados, sempre disponíveis para o



Tiago Oliveira na manifestação de entrega do abaixo-assinado, que superou mesmo o valor anunciado.

trabalho e, se possível, amordachados.»

Mas, como também sublinhou o dirigente, «o Governo não contou com esta força imensa, de

homens e mulheres de luta, com a unidade e a determinação que nasce dos locais de trabalho», indicando que «a luta é o caminho por um rumo diferente».

vado, e cujos violentos impactos são profundamente sentidos pelos trabalhadores por via da perda de rendimentos desde 2009 e pelo agravamento do custo de vida.

Para a presidente do STAL (Cristina Torres), «a grande adesão à Greve Geral, especialmente entre os trabalhadores da Administração Local e empresas concessionárias, foi uma demonstração clara de que não querem perder direitos, continuar a empobrecer e viver numa precariedade laboral constante...», defendendo que «o reforço da luta é essencial para reverter as políticas de direita do Governo, que representam um autêntico assalto aos direitos dos trabalhadores e visam satisfazer os patrões, que desejam ter ao seu serviço trabalhadores descartáveis e com salários de miséria».

### LUTAR PARA TRATAR O RETROCESSO SOCIAL E LABORAL

A Greve Geral foi precedida, a 8 de Novembro, pela “Marcha Nacional contra o Pacote Laboral”, que juntou, em Lisboa, mais de 100 mil trabalhadores de todo o País, e de todos os sectores, com destaque para os da Administração Local, que marcaram forte presença nesta grande ação de luta de rejeição das propostas de alteração à legislação laboral do governo PSD-CD, um autêntico “ataque” aos direitos fundamentais.

“O que este governo está a fazer



Trabalhadores exigem também a valorização salarial.



Piquetes de greve em Vila Franca de Xira...



... e na Câmara Municipal de Évora.

é criar as todas as condições para o patronato poder agravar a exploração", frisa Tiago Oliveira, destacando que o Governo a procurar «atacar e enfraquecer a luta e a organização dos trabalhadores ao mesmo tempo que tenta desregular ainda mais a vida de quem trabalha».

O dirigente da Intersindical salienta, ainda, que «o que este Governo faz, como braço armado do capital, é perpetuar os baixos salários, gerir e dispor do tempo dos trabalhadores, com mais ho-

ras de trabalho sem pagamento e condicionar a sua vida pessoal e familiar, aumentar sempre mais o lucro de quem explora».

Os muitos milhares de trabalhadores que protestaram em Lisboa (a que se juntam muitos mais por todo o País) demonstraram a sua firme determinação em continuar a luta para travar o retrocesso social que nos querem impor, e para exigir mais direitos, melhores salários, e condições de trabalho e horários dignos. ■

## É URGENTE REVERTER A POLÍTICA DE EMPOBRECIMENTO

# Trabalhadores exigem resposta positiva às justas reivindicações

Enquanto poupa na actualização salarial na Administração Pública, o Governo abre os “cordões à bolsa” às principais empresas, que, por via do Orçamento do Estado para 2026, irão amealar cerca de 2000 milhões de euros em “borlas fiscais” e redução de IRC.



A elevada adesão à Greve de 24 horas na Administração Pública, em 24 de Outubro, convocada pela Frente Comum, afectou grandemente muitos serviços públicos e municipais, demonstrando a forte mobilização, união e determinação dos trabalhadores em prosseguir a luta em defesa dos seus direitos e pela sua valorização salarial e profissional.

No caso concreto do sector local, na generalidade das autarquias e empresas municipais – como juntas de Freguesia, estaleiros, oficinas, serviços de água e saneamento, escolas, jardins de infância, transportes colectivos urbanos de passageiros, piscinas, fiscalização, bibliotecas, sectores operacionais, tesourarias e serviços de atendimento e administrativos – a greve levou ao encerramento de muitos deles. A Frente Comum – que o STAL integra – apresentou ao Gover-

no a “Proposta Reivindicativa Comum” para 2026, que inclui 73 medidas que permitem valorizar o trabalho, os trabalhadores e os Serviços Públicos. Mas a resposta da coligação de direita é a continuação das políticas que conduzem ao empobrecimento da generalidade dos trabalhadores, e da população em geral.

### SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO SOBE... 0,15 €!

Isto num quadro em que o Governo se gaba das “contas certas”: no 1.º semestre de 2025, o País registou um excedente orçamental de 1% do PIB! Até Agosto, registou-se um saldo global de mais de dois mil milhões de euros (+1487 milhões). Ainda segundo a Entidade Orçamental, a receita fiscal superou os 39 mil milhões de euros até Agosto (+8,7%); e só a receita de IRS cresceu 16,5%!

Em contraste com a proposta

de actualizações salariais muito aquém das necessidades e do agravamento do custo de vida, o OE26, viabilizado pelo PS e com CH e IL a fingirem oposição, traduz uma cedência aos interesses dos privados.

A diminuição de 1% no IRC representará menos 300 milhões de euros de receita, quando 20 grandes grupos económicos acumularam mais de 30 milhões de euros de lucros líquidos por dia! E nos benefícios fiscais, menos de 1% das empresas beneficiam de mais de metade deles ou dos dois mil milhões de euros de “borlas” e benefícios fiscais previstas para este ano.

Já o “aumento” proposto pelo Governo para o Subsídio de Refeição na Administração Pública – que há dois anos que não era actualizado – é de... 0,15 céntimos, passando para os 6,15€. Já a Frente Comum propõe 12 € em 2026. ■

## OS TRABALHADORES EXIGEM

- Aumento não inferior a 15% (mín. 150 € para todos);
- Base remuneratória de 1050 € em Janeiro;
- Subsídio de refeição de 12 €;
- Correcção real e justa da Tabela Salarial/TRU;
- SPI abrangente e actualizado;
- Reposição do vínculo de nomeação a todos os trabalhadores;
- Valorização de todas as carreiras e profissões;
- Reconhecimento das profissões de desgaste rápido;
- Regulamentação dos suplementos de Disponibilidade e Piquete;
- Revogação do SIADAP e, até lá, a eliminação das quotas e a progressão com 4 pontos;
- Reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

# BOMBEIROS

**PELA CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA CARREIRA E CATEGORIA**

## Profissionais das AHBV em luta

É uma reivindicação pela qual estes trabalhadores batalham há muito tempo, sem que, contudo, os sucessivos governos lhes dêem o devido avanço legislativo.

**A**luta dos profissionais das Associação Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) prosseguiu em 19 de Dezembro, com uma concentração em Lisboa, junto à Secretaria de Estado da Protecção Civil (SEPC), para exigir a criação e regulamentação da respectiva carreira.

Reafirmando a urgência na concretização dessa medida, e na sequência do encontro do Grupo de Trabalho em Coimbra (em 18 de Novembro), o STAL enviou (em 26 de Novembro) um ofício ao secretário de Estado da Protecção Civil em que sublinha ser «*imperativo o direito à carreira e categoria profissional dos trabalhadores Bombeiros das AHBV, com estrutura hierarquizada, regras de progressão, tempo de serviço e tabela remuneratória própria, bem como o reconhecimento legal da profissão como de risco e de desgaste rápido, com os correspondentes benefícios em matéria de*



**Concentração em Lisboa, junto à Secretaria de Estado da Protecção Civil.**

*tempo de serviço, aposentação e saúde ocupacional».*

Ainda no ofício, o STAL defende que «a ausência de uma carreira para estes profissionais e de um regime jurídico específico cria de-

*sigualdades entre profissionais que exercem as mesmas funções em diferentes corporações e limita o interesse e a estabilidade do sector», pelo que exige que a proposta de regulamentação*

*«deve colmatar esta lacuna histórica e alinhar a situação destes trabalhadores com outros corpos especiais do Estado, como forças de Protecção Civil, de segurança e profissionais de Saúde».*

### DIGNIFICAR A PROFISSÃO E GARANTIR O FUTURO

Já na concentração realizada na Praça do Comércio, que reuniu cerca de três dezenas de bombeiros de corporações de Norte a Sul do País, além de dirigentes, delegados e activistas sindicais, foi aprovada uma resolução, e entregue depois na SEPC, em que se destaca que, apesar da missão desempenhada pelos trabalhadores das AHBV ser «*reconhecida por todos, nomeadamente pelas populações a quem diariamente prestam um serviço inestimável, de socorro e de protecção de pessoas e bens*», grande parte das suas condições de trabalho «*são bastante precárias e não se coadunam com as exigências laborais a que se encontram sujeitos diariamente*». Por outro lado, a sua profissão permanece sem enquadramento legal e sem reconhecimento pleno dos direitos laborais e sociais, correspondentes à natureza exigente e arriscada das suas funções, pelo que estes trabalhadores consideram que a criação e regulamentação da Carreira Profissional dos Bombeiros das AHBV é uma questão de «*justiça social, coerência institucional e segurança nacional; e um passo fundamental para dignificar a profissão e garantir o futuro dos corpos de bombeiros das AHBV em Portugal*».

### CÍRCUITO NACIONAL DOS RESÍDUOS E HIGIENE URBANA

## “Varrer a exploração” do sector

O STAL promoveu, entre Setembro e Novembro, uma campanha de contacto e esclarecimento com trabalhadores, bem como nas autarquias e populações, para alertar para as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores.

Trata-se de um sector marcado pelos baixos salários e elevada precariedade, sobretudo nas empresas concessionárias e pela sucessão de empregadores, o que cria situações de grande fragilidade entre os trabalhadores, que frequentemente receiam quanto à sua situação profissional.

No caso dos resíduos, é uma actividade insalubre, penosa e arriscada, feita de dia e noite, com ritmo intenso e transporte de cargas pesadas, implicando grande esforço físico.

Também a exposição a condições



climatéricas adversas, ao ruído e aos resíduos agrava, significativamente, os riscos para a sua saúde, a que acrescem os perigos inerentes de operar maquinaria pesada e de atropelamento, por exemplo, durante a noite. É uma das profissões mais perigosas e com expectativas mais curtas de vida saudável. Porém, os trabalhadores recebem salários de miséria e são sujeitos à polivalência, precariedade, despedimentos abusivos, desrespeito pelos seus direitos, insuficiente ou ausência de reconhecimento e compensação da insalubridade, penosidade e risco, a que se somam os ataques à ação sindical e o bloqueio da negociação e da contratação colectiva.

### SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO SÃO MERCADORIA!

A transformação em negócio dos Serviços Públicos – como a Saúde, Educação, Água, Saneamen-

to e Resíduos – significa que serão as populações a arcar com todos os pesados encargos. Significa, também, substituir a missão/função que sustenta o Serviço Público – maximizar o bem-estar social e valorizar os trabalhadores – pelo único objectivo dos privados: obtenção de lucros “chorudos” e a sua distribuição pelos accionistas.

Daí que, a par do objectivo central deste “Círcuito Nacional” promovido pelo STAL, a iniciativa visou, também, para alertar as populações para a importância da gestão pública dos Serviços Públicos, que não podem ser vistos como “mercadorias”, bem como esclarecer e apelar à sua solidariedade para a importância do reconhecimento e valorização profissional destes trabalhadores, cuja actividade é essencial para garantir o ambiente, a Saúde Pública e a qualidade de vida das populações.

## DESTAQUE: OE2026



AGRAVAM-SE AS DIFICULDADES DOS TRABALHADORES EM 2026

# ISTO VAI DE MAL APIOR!

Com este OE, viabilizado pelo PS e a “oposição de fazer de conta” do CH e IL, o Governo incrementa os apoios aos grandes grupos económicos e aprofunda o “ataque” aos direitos dos trabalhadores, como sucede com os salários da Administração Pública e o “pacote laboral”.

**JOSÉ ALBERTO LOURENÇO**  
ECONOMISTA

**E**m condições bem mais desfavoráveis para os trabalhadores do que no ano passado, dado o reforço eleitoral da direita nas eleições legislativas de Maio, decorreu, em Outubro e Novembro, a dis-

cussão e aprovação do Orçamento do Estado (OE) para 2026. Como se tudo isto não fosse já por si suficientemente facilitador da vida deste governo, o anúncio antecipado de abstenção na votação do OE por parte do PS, que o viabilizou ao mesmo tempo que diz discordar dele, até permitiu ao Chega (CH) e à Iniciativa Liberal (IL) votarem contra um orçamento

com o qual concordam integralmente. A viabilização e consequente aprovação do OE2026 não podem deixar de responsabilizar todos aqueles que, ao fazê-lo, permitem condições de estabilidade a curto prazo para que o Governo possa prosseguir as suas políticas, estejam elas espelhadas directamente no orçamento para o próximo ano – co-

mo acontece com as metas definidas para a evolução da despesa, da receita, do défice e da dívida pública, e as consequências daí resultantes sobre a vida de milhões de portugueses –, quer extravasem o OE e criem condições para o Governo prosseguir a sua política de apoio aos grandes grupos económicos, como acontece com a descida do IRC e os benefícios fiscais, e apro-

funde o “ataque” aos direitos dos trabalhadores, como está a acontecer com os salários da Administração Pública e com o “pacote laboral”. A clara subalternização do OE a que temos assistido por parte deste e dos anteriores governos reflecte-se no seu esvaziamento, bem visível a partir do momento em que o IRC e o IRS são discutidos à parte do OE e não em

# DESTAQUE: OE2026

## UM PAÍS PROFUNDAMENTE DESIGUAL EM TERMOS DE RIQUEZA, SALÁRIOS, HABITAÇÃO E PENSÕES

### RIQUEZA

**42%**

- » É o valor da riqueza produzida no País detida pelos 5% mais ricos.



- » 10% das famílias detêm 51% da riqueza nacional;
- » As 40 famílias mais ricas detêm uma riqueza acumulada de 30 mil M€;
- » Nos últimos 4 anos, a inflação subiu cerca de 17,7%, enquanto o preço dos bens alimentares cresceram 30%; a electricidade, gás, combustíveis e as rendas mais de 20%, e as prestações com os empréstimos à compra da habitação subiram acima dos 40%.

### SALÁRIOS

**57%**

- » É a percentagem de trabalhadores que recebia (Agosto 2025) uma remuneração base mensal inferior a 1000 €.



- » 18,3% dos trabalhadores por conta de outrem auferiam uma remuneração igual ou inferior ao SMN no final de 2024;
- » 18,6% da população (2 milhões) encontravam-se, em 2024, em risco de pobreza ou exclusão social;
- » Em 2024, 295 mil crianças, 500 mil reformados, 459 mil trabalhadores e 140 mil desempregados estavam em risco de pobreza.

### HABITAÇÃO

**88%**

- » É quanto aumentou o valor mediano por m<sup>2</sup> dos alojamentos familiares vendidos em Portugal, entre o 2.º trimestre de 2019 e o 2.º trimestre de 2025.



- » 44,2% foi quanto cresceu a despesa com Habitação nas famílias portuguesas (de 2015 a 2025), enquanto na média da UE a 27 subiu apenas 5,6%.

### PENSÕES

**611€**

- » É o valor médio da pensão de velhice em 2024, e o n.º de pensionistas com pensão de velhice era, em Dezembro de 2024, de quase 2 milhões.



- » Cerca de um 1,4 milhões de pensionistas recebiam até 480 € por mês de pensão de velhice ou invalidez em 2023;
- » O valor médio da pensão de sobrevivência, em 2024, era cerca de 318 € e abrangia, em Dezembro de 2024, cerca de 690 mil pensionistas.

### CO

**7**

- » ... dos ricos trabalhadores em Portugal laboral milhões (29,6%)



- » Taxa de desemprego do trabalho de desemprego de 9,9% mil trabalhadores
- » 44,5% têm horários
- » Apenas 10% dos trabalhadores têm um horário

sede de discussão orçamental, e ainda no facto de haver muito pouca correspondência entre aquilo que se aprova e o que se executa.

### FALTA DE VONTADE POLÍTICA...

A leitura anual da Conta Geral de Estado, que o Governo é obrigado a apresentar à Assembleia da República e submeter a parecer do Tribunal de Contas (em meados do ano seguinte), tem-nos permitido verificar à pos-

teriori que não há correspondência entre aquilo que o Governo se propôs executar com a aprovação do OE e aquilo que, efectivamente, executou.

São várias as razões sistematicamente invocadas pelo Governo para que isso aconteça, desde a evolução da conjuntura económica, à capacidade da "máquina administrativa" para concretizar aquilo que se anuncia, mas a razão fundamental é, sem dúvida, a falta de vontade política para que isso aconteça.

O que verificámos em 2024, e nos anos anteriores, não foi muito diferente: se as receitas ficaram 2216 milhões de euros aquém do previsto, sobretudo devido à subexecução dos fundos europeus e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e ao impacto de medidas fiscais decididas durante o ano, como a redução do IRS; a despesa foi 3672 milhões de euros inferior à orçamentada, essencialmente por atrasos no investimento público – em particular nos projec-

tos do PRR –, e por uma execução incompleta de várias dotações orçamentais. E assim se obtiveram excedentes orçamentais de que tanto se vangloria o Governo.

Entre aquilo que se promete no OE e aquilo que se executa há sempre um desfasamento significativo. E quase sempre na mesma direcção – menos despesa do que o anunciado, quase sempre com prejuízo do investimento público, com menos investimento do que o prometi-

do na Saúde, na Educação, em equipamentos sociais e em infraestruturas.

### ... E DIREITOS DOS TRABALHADORES EM CAUSA

A viabilização do OE é um sinal de concordância com uma determinada política que, neste caso, põe em causa os direitos dos trabalhadores através do "pacote laboral", procura o desmantelamento do Serviço Na-

# DESTAQUE: OE2026

## MOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

### NTRATOS

**5%**

novos contratos de trabalho são precários em geral, e a precariedade atinge perto de 1,3 milhões de trabalhadores).



e subutilização de trabalho (taxa de emprego real) foi 13% (cerca de 574 mil trabalhadores); dos assalariados com salários atípicos; os 717 mil trabalhadores (21%) têm salário regular.

### GRUPOS ECONÓMICOS

**9,2 MIL M€**

» ... ou 25,1 M€/dia, foi o lucro líquido, no seu conjunto, que os 20 principais grupos económicos nacionais tiveram em 2024. Nos primeiros 6 meses de 2025, estes grupos económicos aumentaram os seus lucros diárias para 29,7 M€. Já nos últimos 5 anos, estes lucros cresceram 2,7 vezes!



» 13,6 M€ de lucros/dia, foi quanto os 5 principais bancos nacionais arrecadaram em 2024.

### ESTADO

**1949 M€**

» É quanto o Estado concedeu às empresas em benefícios e "borlas" fiscais, a que se soma os 1,75 mil M€ de benefícios fiscais concedidos a residentes não habituais, ambos em 2024.



» De 2007 a 2022, o Estado concedeu apoios financeiros à banca privada no valor de 17,9 mil M€!;

» 13,6 M€ de lucro por dia, foi quanto os 5 principais bancos nacionais arrecadaram em 2024;

» Vai gastar +772 M€ (em 2026/27) em material militar.

cional de Saúde (desinvestindo no SNS), ataca a Escola Pública (desinvestindo na Educação), sectores estratégicos nacionais privatizando ou concessionando empresas públicas estratégicas (caso da TAP), abre portas à especulação imobiliária que impossibilita o direito à habitação e cria condições para o empobrecimento de milhões de portugueses. Os trabalhadores, e desde logo os jovens e as mulheres, não precisam de políticas que acentuem

a precariedade e a flexibilidade no trabalho, que atingem mais de dois milhões de trabalhadores; que estimulam os baixos salários, que fazem com que 2,5 milhões de trabalhadores vivam com salários inferiores a 1000 euros. O nosso país não pode abdicar de dois mil milhões de euros de recursos públicos anuais, que a descida do imposto sobre os lucros (IRC) até aos 17% vai entregar aos grupos económicos. Precisa, antes, que estes recur-

sos sejam utilizados para aumentar salários, valorizar carreiras e fixar o salário mínimo em 1050 euros a partir de 1 de Janeiro. É com a preocupação de contribuir para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do Povo que, anualmente, deve ser construído e executado o OE. Mas, nada disto se verificou nos últimos anos, e nada disto se verificou igualmente com o OE aprovado para 2026. É caso para dizer-se, como o sábio povo, "isto vai de mal a pior..." ■

### UM NOVO RUMO PARA O PAÍS

- » IVA de electricidade, gás e telecomunicações a 6%;
- » Medidas para regular o custo brutal dos alimentos e das despesas com habitação;
- » O País não precisa que o OE entregue cerca de 2000 milhões de euros em benefícios e "borlas" fiscais às grandes empresas;
- » Aumento significativo de reformas e pensões, num mínimo de 75 euros por mês, porque todos os meses os reformados e pensionistas têm de fazer face a despesas com habitação, alimentação e medicamentos;
- » Tratar com justiça os trabalhadores da Administração Pública – em particular os da Administração Local –, aumentando os seus salários em 15%, num mínimo de 150 €, para repor a perda acumulada de poder de compra desde 2011;
- » O Serviço Nacional de Saúde (SNS) não aguenta que metade do seu orçamento continue a ir para o sector privado. As pessoas, e desde logo os pais e as crianças, não admitem a falta de médicos e o encerramento de serviços e de urgências. O dinheiro do SNS tem de ser para reforçar a sua capacidade, para valorizar carreiras, salários, fixar e atrair profissionais, que garantam médico e enfermeiro de família e o funcionamento dos serviços;
- » O País não aguenta que 1500 milhões de euros sejam transferidos para alimentar Parcerias Público-Privadas. O que se impõe é resgatar as concessões e livrar o País deste encargo para investir no que faz falta;
- » O País não precisa que o OE destine 1750 milhões de euros aos residentes não habituais; os que cá vivem e trabalham todos os dias precisam é desses milhões para habitação pública, para enfrentar as rendas e travar o preço das casas;
- » O País não pode destruir estruturas do Estado na Ciência, na Cultura ou no Ambiente; não pode entregar a TAP ao capital estrangeiro e desmantelar a CP. Os recursos do País não são ilimitados, mas o que os milhões que o OE transfere para os grandes grupos económicos e multinacionais demonstram é que há recursos suficientes para que, se distribuídos de forma mais justa, é possível garantir uma vida melhor para a maioria e é possível construir creches, lares, combater a pobreza, defender a floresta e fomentar a produção nacional;
- » O País não é auto-suficiente, mas pode e deve produzir mais e importar menos, pode e deve assumir-se como aquilo que é, um País soberano e não uma província da União Europeia;
- » O País precisa de um novo rumo, ao serviço dos que trabalham, da juventude que quer cá estudar, trabalhar e viver, das crianças e das creches a que têm direito, dos pequenos empresários e dos agricultores, dos cientistas, dos artistas, dos reformados e pensionistas.

# DESTAQUE: OE2026

**É URGENTE IR MAIS LONGE NA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

# ACTUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS AQUÉM DO NECESSÁRIO

Em 2026, a luta contra o empobrecimento vai prosseguir e intensificar-se, porque a solução dos problemas, a defesa dos direitos e a melhoria das condições de vida não podem continuar a ser ignorados e adiados.

Neste novo ano, as velhas políticas de empobrecimento mantêm-se, com os trabalhadores da Administração Local a voltar a perder poder de compra, com as actualizações salariais (2,15%) decididas pelo governo PSD-CDS a ficarem muito aquém do possível e do necessário.

Isto, enquanto o governo de Luís Montenegro "exibe" um excedente orçamental de 2836 milhões de euros (M€) até Novembro (+633,9 M€) – sendo que, na Administração Local, o saldo foi de 1420 M€ (+470,5 M€) –, e prevê gastar 3837 M€ com a Defesa em 2026 (+25% ou 772 M€), e distribuir 2 mil M€ em benefícios fiscais às empresas. A estes valores há que somar, ainda, os lucros escandalosos dos principais grupos económicos, que continuam a crescer, com as maiores fortunas da Bolsa a "engordarem" 2,5 mil M€ em 2025! Mas, o que sobe também são os custos com a alimentação, a energia, a saúde e a habitação, levando os trabalhadores a confrontarem-se, diariamente, com situações de vida e de trabalho que exigem uma mudança política, para garantir a valorização dos trabalhadores e travar a degradação dos Serviços Públicos, nomeadamente da Saúde, Educação, Justiça e Segurança Social.

**É URGENTE CORRIGIR A TRU!**  
A TRU/Tabela Salarial para 2026 dos trabalhadores da Administração Pública aqui publicada (à data do fecho desta edição, ainda não tinham sido publicados os respectivos diplomas)

## CARREIRAS DO REGIME GERAL

### CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR

#### Categoria de Técnico Superior

Posições e Níveis Remuneratórios

Posições

Remuneratórios

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

Posições Transitórias

7.ºA 10.ºA

Níveis

Remuneratórios da Tabela Única

16

21

26

30

34

38

42

46

50

54

58

43

55

### CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE TÉCNICO

#### Categoria de Assistente Técnico

Posições e Níveis Remuneratórios

\*Posições Remuneratórias Complementares

Posições

Remuneratórios

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

Níveis

Remuneratórios da Tabela Única

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

\* Posições remuneratórias criadas para os trabalhadores que transitaram do anterior regime.

### CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL

#### Categoria de Assistente Operacional

Posições e Níveis Remuneratórios

Posições

Remuneratórios

1

2

3

4

5

6

7

8

Níveis

Remuneratórios da Tabela Única

5

6

7

8

9

10

11

12

contém uma coluna com um exemplo de correção, que, todavia, não é a que o STAL defende. Trata-se apenas de uma actualização decorrente da BRAP, mínima mas fundamental, sob o pressuposto de que o valor mínimo de 934,99 € deve corresponder ao Nível 1 e não ao 5. Sob este pressuposto, construí-

mos uma tabela corrigida, o que deveria implicar uma profunda reestruturação da TRU, atenta a sua degradação, decorrente do facto de o Governo considerar que o Nível 5 é de valor igual aos anteriores, de 1 a 4, violando grosseiramente a estrutura da TRU de 2009.

É por isso importante continuar

a luta pela valorização salarial, reivindicação que consta da «Proposta Reivindicativa Comum» para 2026, e que o Governo insiste em ignorar, apesar da "farsa negocial" que insiste em representar, tal como insiste em aplicar o "acordo de empobrecimento" assinado, em 2024, com outras estruturas sindicais. ■

## EXERCÍCIO TRU - 2026

NÍVEL	2026	EXEMPLO DE CORRECÇÃO
1	<b>934,99</b>	934,99
2	<b>934,99</b>	983,00
3	<b>934,99</b>	1035,63
4	<b>934,99</b>	1074,56
5	<b>934,99</b>	1130,72
6	<b>983,00</b>	1183,35
7	<b>1035,63</b>	1236,00
8	<b>1074,56</b>	1288,62
9	<b>1130,72</b>	1341,25
10	<b>1183,35</b>	1393,88
11	<b>1236,00</b>	1446,51
12	<b>1288,62</b>	1499,15
13	<b>1341,25</b>	1551,78
14	<b>1393,88</b>	1604,41
15	<b>1446,51</b>	1657,04
16	<b>1499,15</b>	1709,68
17	<b>1551,78</b>	1762,31
18	<b>1604,41</b>	1814,94
19	<b>1657,04</b>	1867,57
20	<b>1709,68</b>	1920,20
21	<b>1762,31</b>	1974,41
22	<b>1814,94</b>	2028,62
23	<b>1867,57</b>	2082,84
24	<b>1920,20</b>	2137,05
25	<b>1974,41</b>	2191,27
26	<b>2028,62</b>	2245,48
27	<b>2082,84</b>	2299,69
28	<b>2137,05</b>	2353,90
29	<b>2191,27</b>	2408,11
30	<b>2245,48</b>	2462,31
31	<b>2299,69</b>	2516,53
32	<b>2353,90</b>	2570,73
33	<b>2408,11</b>	2624,97
34	<b>2462,31</b>	2679,17
35	<b>2516,53</b>	2734,36
36	<b>2570,73</b>	2790,67
37	<b>2624,97</b>	2847,25
38	<b>2679,17</b>	2904,18
39	<b>2734,36</b>	2961,88
40	<b>2790,67</b>	3019,58
41	<b>2847,25</b>	3077,29
42	<b>2904,18</b>	3134,97
43	<b>2961,89</b>	3192,67
44	<b>3019,58</b>	3250,36
45	<b>3077,29</b>	3308,07
46	<b>3134,97</b>	3365,77
47	<b>3192,67</b>	3423,48
48	<b>3250,36</b>	3481,16
49	<b>3308,07</b>	3538,86
50	<b>3365,77</b>	3596,57
51	<b>3423,48</b>	3654,25
52	<b>3481,16</b>	3711,96
53	<b>3538,86</b>	3769,65
54	<b>3596,57</b>	3827,36
55	<b>3654,25</b>	3885,04
56	<b>3711,96</b>	3942,74
57	<b>3769,65</b>	4000,44
58	<b>3827,36</b>	4058,14

Base Remuneratória da Administração Pública (BRAP em 2026 = 934,99 €).

**O**s nossos Serviços Públicos são uma conquista de Abril. Foram ganhos. A sua universalização e acessibilidade, sem qualquer discriminação ou exclusão, e o seu desenvolvimento permitiram a realização e afirmação dos direitos fundamentais e a melhoria da qualidade de vida de milhões de portugueses. Eles foram e são, condição de igualdade e democracia, constituem uma parte importante do salário indireto, enquanto sistema público de redistribuição, e são a forma mais eficaz de reunir recursos para enfrentar colectivamente as ameaças que põem em causa a existência individual e colectiva, como a pandemia evidenciou.

Ao contrário, para os grupos económicos, os Serviços Públicos são mera mercadoria, uma imensa fonte de negócio e poder, alimentada pelas políticas de liberalização e privatização de bens e serviços essenciais, como a energia, transportes, telecomunicações, água, saneamento e resíduos – estes últimos, atribuições e competências muito importantes das autarquias -, e em áreas sociais como a Saúde, Educação e Segurança Social.

A negação da relevância da distinção entre o público e o privado é outro dos passos para a privatização ou para a captura do público pelos interesses privados, à custa dos dinheiros públicos. Esta indistinção só favorece a parte privada: socialização dos custos, privatização dos lucros.

#### A RETÓRICA DA LIBERDADE DE ESCOLHA

O discurso neoliberal propaganda que a gestão privada é factor de modernização, sempre e necessariamente melhor do que a gestão pública. Apesar desta, fruto de políticas contra o interesse público, as nomeações políticas e a imposição de regras empresariais, mostrar deficiências na organização e prestação de serviços está muito longe de estar provado que a gestão privada é mais eficiente e racional. Pelo contrário, e os exemplos não faltam, a prestação privada de serviços públicos prejudica o acesso e a sua qualidade, e piora as condições de trabalho e de remuneração.

Repete que, para o cidadão, é indiferente quem lhe presta o



**UMA CONSTRUÇÃO POLÍTICA, HISTÓRICA E SOCIAL**

# Serviços Públicos, condição de igualdade e democracia

O bom funcionamento dos Serviços Públicos são o maior obstáculo aos negócios privados. É por isso que os sucessivos governos têm tomado medidas para os enfraquecer. É isso que faz o actual governo PSD-CDS, que não responde às justas reivindicações dos trabalhadores e reduz o financiamento.

serviço. Num tempo em que o Estado sente maiores dificuldades para dar as respostas a que está obrigado, desde logo a gestão dos meios estar nas mãos de alguns dos seus principais inimigos, isto acaba por ser facilmente absorvido pelos cidadãos.

É o discurso assente na retórica da liberdade de escolha, que visa justificar a transferência de dinheiros públicos para subsidiar negócios privados, desestruturando serviços públicos já fragilizados, corroendo a autonomia e o carácter dos seus tra-

lhadores ainda não submetidos à lógica do lucro, e alimentar a descrença dos cidadãos em relação à política, ao que é público e de todos, de modo a legitimar o crescimento dos interesses individuais, de acordo com os quais as pessoas anseiam muito mais pela sua satisfação enquanto clientes do Estado do que pela fruição da democracia.

#### AO SERVIÇO DO INTERESSE PÚBLICO E NÃO DO PRIVADO

É igualmente comum ouvir-se que, tal como existe boa e má

gestão pública, assim sucede com a gestão privada. A diferença é que, enquanto o serviço público tem como fim a ampliação e maximização do bem-estar e a distribuição equitativa da riqueza social por todos, a empresa privada tem sempre como finalidade última a obtenção do maior lucro possível para os seus accionistas, o que desvirtua por completo a essência do próprio Serviço Público.

Dito isto, não se trata de diabolizar o privado. Trata-se sim, de deixar claro uma distinção cru-

cial: os serviços públicos estão exclusivamente ao serviço do interesse público, enquanto os privados estão subordinados aos interesses particulares, sejam económicos, sejam ideológicos, dos respectivos donos, e de combater aqueles que tendem a responsabilidade e obrigação de gerir bem a coisa pública, optam por alugá-la, vendê-la e desbaratá-la, contribuindo para o crescente domínio do poder económico sobre o poder político, degradando a democracia.

Perante o ataque aos Serviços Públicos, a luta dos trabalhadores e das populações pelos seus direitos tem sido forte, mas insuficiente. Só com o reforço e alargamento desta luta conseguiremos construir Serviços Públicos de qualidade, fortes, dinâmicos e modernos, com trabalhadores respeitados e valorizados, próximos e atentos às necessidades da população, condição indispensável para combater as desigualdades e assegurar uma vida digna. ■

## ÁGUA: UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO

A água é um recurso escasso, finito, essencial à vida. Logo, a quantidade de água que deve ser captada não deve ser aquela que, quem tem a seu cargo a sua captação, considera que lhe maximiza o lucro. Deve ser, antes, a que se considera adequada para fazer face às necessidades do presente e do futuro, o que pode dar resultados muito diferentes

daqueles a que chegaria uma decisão subordinada ao lucro. Por outro lado, a água não pode faltar, o que significa que seja qual for a situação financeira da organização que tem a seu cargo o abastecimento, os investimentos têm de ser feitos, o que é incompatível, uma vez mais, com a óptica de lucro privado.

**A EXTINÇÃO DO VÍNCULO DE NOMEAÇÃO**

# Uma violenta perversão do vínculo de emprego público e dos direitos dos trabalhadores

O STAL sempre repudiou o regime imposto pela Lei 12-A/2008, de 27/2, que visou a eliminação do vínculo de nomeação, a par com a destruição do regime de carreiras e de remunerações, com reflexos extremamente perniciosos para os trabalhadores.

**F**ace à eliminação do regime de nomeação, genericamente substituído pelo contrato de trabalho em funções públicas, importa refutar os argumentos dos defensores do actual regime, de que o importante são os direitos e garantias que continuam a figurar nos vínculos estabelecidos, sendo supostamente indiferente que esses direitos se consubstanciem numa ou noutra das formas de vinculação. Mas tais argumentos falecem, desde logo, se reflectirmos, por exemplo, na argumentação usada nos trabalhos preparatórios, encomendados pelo Governo, nomeadamente através da Comissão de Revisão do Sistema de Carreiras e Remunerações, dando um contributo decisivo para a derrocada de direitos que a Lei 12-A/2008 corporizou.

Em defesa do contrato de trabalho *versus* regime de nomeação, essa comissão avançou com um conjunto de vantagens da vinculação contratual, entre as quais transcrevemos as seguintes:

- » Maior flexibilidade no recrutamento e maior possibilidade de ajustamento às necessidades através da definição individualizada das competências e perfis mais adequados;
- » Processos de recrutamento e selecção mais ágeis e eficazes; e um universo mais abrangente e com maior leque de escolha;
- » Possibilidade de manter competitividade no recrutamento com entidades externas concorrentes; de proceder com rapidez à substituição de trabalhadores; e de recorrer



oi oioi oio ioo ioi oio

a contratos a termo em face de picos de produção ou de necessidades sazonais;

» Maior grau de refreshamento de quadros e de sucesso nos recrutamentos;

» Maior sucesso no recrutamento de pessoal diferenciado e especializado, que dificilmente se encontra na Função Pública;

» Possibilidade de recrutar pessoal mais competente, com maior tecnicidade e com mais formação;

» Melhores hipóteses de contratar quadros jovens e motivados na área das Tecnologias de Informação e Comunicação; flexibilidade contratual; e contratações tendo em conta o valor real dos trabalhadores;

» Possibilidade de acordar

condições de trabalho e de fixar remunerações, combinando vários critérios: mérito, formação académica, produtividade e assiduidade;

» Maior número de horas de trabalho; maior grau de aceitação de alterações à organização do trabalho; maior flexibilidade na gestão dos horários de trabalho; e maior mobilidade funcional.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO MAIS GRAVOSAS...

Foi sob alicerces desta natureza que foi construída a Lei 12-A/2008, dado um passo decisivo para a destruição de direitos que bem conhecemos, incluindo, portanto, a eliminação do regime de nomeação, substituído pela generalização do contrato de tra-

balho que continua a vigorar. O objectivo foi impor condições de trabalho mais gravosas, enformadas pela flexibilidade e polivalência, funcional e geográfica, incluindo a aplicação de novas formas de cessação dos vínculos, como frontalmente estatuiu essa Lei.

O seu art.º 33.º determinou, expressamente, que, aos contratados, seriam aplicáveis as causas de cessação constantes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei 59/2008, prevendo, especialmente, o despedimento colectivo, por extinção dos postos de trabalho e por inadaptação. Mas, concedeu a "benesse" de o trabalhador, antes do despedimento, poder optar por ingressar no regime de mobilidade especial, durante um ano, findo o

qual seria despedido se, entretanto, não reiniciasse funções em qualquer órgão ou serviço. Mobilidade especial que o STAL sempre qualificou como autêntica antecâmara do despedimento, tendo-a combatido firmemente e com o maior êxito! Conclui-se, assim, que a eliminação do regime de nomeação se pautou pelo claro objectivo de fragilizar a relação jurídica de emprego público, sob o propósito de a submeter às regras do Código do Trabalho (CT), no que à Administração Pública mais conviesse, nomeadamente fazendo grassar a flexibilidade, a polivalência e o desregimento dos tempos de trabalho.

## ... E MAIS UMA DERROCADA DE DIREITOS

Se para os especialistas da matéria e o Governo não foi inócuo proceder a tão abrupta alteração de regimes, também teremos de concluir que não estamos face a uma simples alteração formal da designação dos vínculos públicos, mas sim acossados por grosseiras tentativas de supressão de direitos dos trabalhadores, afrontando simultaneamente a qualidade de Serviços Públicos que prestam aos cidadãos. A luta pela recuperação do regime de nomeação não pode ser entendida apenas como uma simples alteração formal da designação dos vínculos públicos, mas, antes, como a mais legítima forma de combate à degradação de direitos que aos trabalhadores têm sido suprimidos, nomeadamente ao abrigo dos princípios impostos pela inqualificável Lei 12-A/2008.

A experiência adquirida ao longo dos anos é suficientemente elucidativa sobre a cada vez maior aplicação de normas do CT, por expressa remissão da LTFP, que mais desfavoravelmente têm passado a reger o contrato de trabalho em funções públicas.

No momento em que o Governo se prepara para impor um inqualificável "pacote" de múltiplas alterações ao CT, importa que os trabalhadores da Administração Pública tenham a consciência plena de que também poderão ser abrangidos por mais uma derrocada de direitos, porquanto tais alterações, se vingarem, não deixarão de lhes ser aplicadas, de forma mais ou menos imediata. ■

FUTURO COM DIREITOS, IGUALDADE E RESPEITO PELO TRABALHO

# Sindicato de classe: a força dos trabalhadores organizados

É um espaço de democracia participativa, e a sua força depende dos trabalhadores que o constroem diariamente. Sem a sua mobilização e unidade, o sindicalismo perde vitalidade.

**U**m sindicato de classe assenta numa visão de transformação social: melhores condições de trabalho implicam melhores condições de vida, mais justiça social, menos desigualdade e mais democracia nos locais de trabalho, entre outros. Intervém nos locais de trabalho e promove a consciência de classe, a mobilização colectiva e o combate à exploração e precariedade.

Num tempo em que o trabalho se torna cada vez mais precário, fragmentado e desvalorizado, os sindicatos de classe assumem uma importância renovada. E longe de ser apenas uma estrutura de apoio jurídico ou técnico, é uma força social e política, expressão da solidariedade e da consciência de classe. Nasce da convicção de que, num sistema em que o lucro se sobrepõe às pessoas, a unidade dos trabalhadores é fundamental para equilibrar o poder e conquistar dignidade.

O sindicalismo de classe parte de uma ideia central: a de que a relação entre o capital e o trabalho é desigual e marcada por interesses opostos, sendo essa tensão o "motor" da luta sindical, e o que diferencia o sindicalismo de classe de outras formas de organização laboral.

A sua missão é ampla: defender direitos, mas também construir consciência colectiva, fortalecer a solidariedade e afirmar o valor social do trabalho.

Os princípios e valores do sindicalismo são, pois, contrários aos da extrema-direita, que nega a relação entre classe e luta de classes, manifestando o desejo de reconciliar os interesses dos empregadores e dos trabalhadores, e que, apesar da sua retórica pseudo-social, é anti-sin-



dical e anti-democrática, apostava em dividir os trabalhadores em bons e maus, dirigir o seu protesto para os mais frágeis, explorados e oprimidos, mantendo intocáveis os verdadeiros responsáveis pelas desigualdades sociais, cujo agravamento é terreno fértil para a ascensão de forças ultraconservadoras e fascistas, a quem tem sido fácil manipular o desespero e a revolta de quem há muito não encontra resposta para os seus problemas.

## O STAL: 50 ANOS DE LUTA

O STAL é um exemplo vivo e combativo do sindicalismo de clas-

se em Portugal. Fundado em 24 de Agosto de 1975, no Porto, poucos meses após a Revolução de Abril, o STAL nasceu da energia e da esperança dos trabalhadores das Autarquias que – após 48 anos de um regime fascista brutalmente opressor – (re)conquistaram a dignidade usurpada e direitos.

Representando trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial, o STAL assumiu, desde o início, uma posição clara: defender os trabalhadores, o Poder Local Democrático e os Serviços Públicos. Em 2025, o STAL celebrou 50 anos

de luta, solidariedade e conquistas. Meio século de história que se confunde com as grandes batalhas sociais e laborais do País: desde a defesa das autarquias e dos Serviços Públicos à luta contra a privatização da água, do saneamento e dos resíduos. Ao longo de 50 anos, o STAL protagonizou várias lutas decisivas, como a das 35H. Esteve na "linha da frente" contra as políticas de austeridade que cortaram salários, eliminaram direitos e precarizaram o emprego público; foi uma das vozes mais firmes contra a tentativa de mercantilizar serviços essenciais, de-

nunciando que os Serviços Públicos não são um negócio, mas um direito das populações.

## LUTAR POR DIREITOS, DEFENDER O SECTOR PÚBLICO

A luta do STAL pela gestão pública da água, saneamento e resíduos tornou-se referência, sendo uma voz activa contra a entrega de Serviços Públicos ao sector privado e contra a degradação imposta pela lógica do lucro. O Sindicato defende a contratação pública, a valorização das carreiras e a dignificação dos trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial; tem lutado pela aplicação da jornada laboral de 35 horas semanais para todos, pela reposição de rendimentos, pela revisão de carreiras e pelo reconhecimento do papel fundamental de quem assegura, diariamente, o funcionamento dos serviços municipais e intermunicipais.

A sua acção combina reivindicação social e visão política: o STAL entende que a defesa dos trabalhadores está intimamente ligada à defesa da democracia, da coesão social e de um Estado que sirva o Povo.

O STAL distingue-se, também, pela sua independência face ao poder político e económico. Independência essa que não significa neutralidade, mas sim compromisso firme com os trabalhadores e com a defesa intransigente dos seus interesses de classe.

O nosso sindicato mantém uma estrutura democrática e participativa, em que as decisões são tomadas colectivamente, através dos plenários, assembleias e órgãos eleitos pelos trabalhadores. Essa base sólida garante-lhe legitimidade e credibilidade, tanto nas negociações como na acção pública.

A força do STAL vem da sua base: trabalhadores unidos pela solidariedade e pela convicção de que só juntos podem mudar a sua realidade! ■

## UM SINDICATO PARA O PRESENTE E O FUTURO

O mundo do trabalho está em mudança. A tecnologia, a automação e a precarização colocam novos desafios aos direitos laborais. Muitos jovens entram no mercado de trabalho sem estabilidade nem perspetiva de carreira. E o sindicalismo de classe, longe de ser uma memória, é a resposta necessária a essa nova realidade.

O STAL enfrenta esses desafios com a mesma determinação que marcou a sua origem: reforça a organização nos locais de trabalho, aposta nos jovens trabalhadores, promove a igualdade entre mulheres e homens, defende o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Ainda a celebrar meio século de existência, o STAL reafirma-se como um sindicato de futuro, que olha para as novas gerações e para as transformações sociais sem abdicar dos seus princípios.

A sua luta é pela dignidade do trabalho, pela justiça social e pela democracia participativa que nasce da força dos trabalhadores

# INTERNACIONAL



Manifestação em Paris contra a austeridade em França, em 18 de Setembro.

## SUSPENDAM-SE AS REGRAS DE GOVERNAÇÃO ECONÓMICA DA UE

# Europa, austeridade 2.0

Os governos europeus cortam nos Serviços Públicos, congelam salários, reduzem pessoal e obrigam as pessoas a trabalhar mais tempo para receberem pensões mais baixas. Após a reformulação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, em vigor desde Abril de 2024, a União Europeia coloca novamente metas rígidas de défice e dívida à frente das necessidades sociais.

**O** relatório da FSESP/EPSU<sup>1</sup> mostra que os famosos limites de 3% para o défice e 60% para a dívida dos critérios de Maastricht, não passam de escólihas políticas concebidas para tranquilizar um estado-membro poderoso (a Alemanha), e para consolidar um modelo em que os bancos centrais, não eleitos, estabilizam a economia, em vez de uma política fiscal democrática.

O resultado da crise do Euro foi conhecido: os cortes abriram a porta à extrema-direita. Agora, 1/3 dos estados-membros enfrenta cortes orçamentais entre 3 % e 7 % do PIB. A Europa necessita de investimento público de, pelo menos, 3% do PIB, mas o novo quadro puxa na direção oposta.

O que se exige é a suspensão das regras de governação económica da UE. Ter finanças públicas sólidas significa manter a dívida sob controlo e não atingir uma meta arbitrária de 60%, e que o investimento público ajuda as economias a crescer.

### GRÉCIA

#### 2.ª GREVE GERAL

Em Outubro, os trabalhadores realizaram uma 2.ª greve geral contra a lei que permite prolongar a jornada diária de trabalho para 13 horas. Embora a adesão a este regime seja “voluntária” e haja um aumento de remuneração das horas extraordinárias, na prática, a lei acaba com o dia normal de 8 horas, conquistado em 1936. O rendimento disponível das famílias caiu 35% nos últimos 17 anos, e a pressão para prolongar a jornada de trabalho mascara a recusa em aumentar os salários reais. A oposição questionou a legalidade desta medida, mas a própria directiva europeia sobre o tempo de trabalho estipula uma média semanal de 48 horas e 11 horas de descanso diário, mas não impõe nenhum limite para as horas diárias.

### BÉLGICA

#### VAGA DE LUTAS

Após uma manifestação que juntou mais de 140 mil pessoas em Bruxelas, diversos sindicatos (ACV-CSC, FGTB-ABVV e CGSL-

B-ACLVB) convocaram três dias de greve, em Novembro, em protesto contra o brutal “pacote” de austeridade da coligação

## STAL, CGTP-IN E CPPC CONDENAM ATAQUES DOS EUA À VENEZUELA

A CGTP-IN condenou a “grave e flagrante violação da Carta da ONU e do direito internacional” pelos EUA, afirmando tratar-se de “um grave passo na política de ingerência, bloqueios e sanções dos EUA que, com o apoio da UE, há décadas vem promovendo acções contra a Venezuela”. A Intersindical exige, ainda, que o governo português, “em consonância com a Constituição, condene a agressão dos EUA, exija o cumprimento do direito internacional e se positione na defesa da Paz e do respeito pela soberania da Venezuela e do seu povo, nomeadamente da comunidade portuguesa residente no país”. Já o CPPC, de que o STAL é membro, entregou uma “Carta Aberta” na residência oficial do Primeiro-Ministro, contra “a agressão dos EUA”, e em que apela à Paz e ao respeito pela soberania dos povos, nomeadamente da Venezuela e de outros países da América Latina e Caraíbas”. Também a DN do STAL aprovou uma moção de condenação da agressão dos EUA à Venezuela e o sequestro do seu presidente, exigindo que o Governo a condene de forma clara e se “positione pelo cumprimento do direito internacional e pela defesa da Paz”.

de direita que governa o país, e que visa impor congelamento de salários, cortes nas pensões, redução das condições de tra-

balho e atacar a Segurança Social. O 1.º dia de greve abrangeu o sector dos transportes, com impacto em todos os sectores; e no 2.º dia paralisaram os Serviços Públicos, igualmente com forte adesão, preparando em crescendo a greve geral de dia 26, culminando numa histórica vaga de lutas.

### FRANÇA

#### PROGRESSO SOCIAL E JUSTIÇA FISCAL

Em França, realizou-se, em 2 de Dezembro, uma greve geral por um orçamento de progresso social e justiça fiscal. Os sindicatos exigem 2000 € de salário mínimo e aumentos indexados à inflação, bem como maior controlo e imposição de condicionalismos às ajudas públicas às empresas – 211 mil milhões de euros em 2024 – a favor do emprego, dos salários, do investimento produtivo, do respeito pelo ambiente e da igualdade entre mulheres e homens; supressão da taxa fixa de 12,8% sobre os rendimentos do capital; e imposto mínimo de 2% sobre património superior a 100 milhões de euros.

### ITÁLIA

#### SALÁRIOS, PENSÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS

Convocados pela central sindical CCGIL, os trabalhadores fizeram uma greve geral, em 12 de Dezembro, pelo aumento dos salários e pensões, e contra um orçamento injusto, o aumento da idade de reforma, o rearmação e a precariedade, e por mais investimento na Saúde e na Educação, e por uma reforma fiscal justa e progressiva. Segundo a CCGIL, os trabalhadores e reformados pagaram mais 25 mil milhões de euros em impostos, receita que nem sequer foi para as despesas sociais, e denuncia que a verba para o Serviço Nacional de Saúde, em relação ao PIB, cairá para menos de 6% em 2028, o nível mais baixo das últimas décadas. Não há recursos adequados para a Saúde, escolas, assistência aos idosos, garantir o direito à Habitação ou para salvaguardar a saúde e a segurança dos trabalhadores. Mas há dinheiro para comprar armas, mesmo a crédito... ■

<sup>1</sup> <https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/EPSU%20Austerity%20Report%202025.pdf>.



APÓS PLENÁRIO À PORTA DA EMPRESA E DESFILE ATÉ À AUTARQUIA

# Trabalhadores da AGERE protestam junto à CM Braga

Dirigentes do STAL reuniram-se, em 12 de Novembro, com o presidente do município, a quem entregaram um documento reivindicativo aprovado, horas antes, no plenário dos trabalhadores, realizado à porta da empresa municipal.

**A**pós o participado pleinário, cerca de uma centena de trabalhadores deslocou-se até aos Paços do Concelho para entregar a resolução “Pelo direito à valorização salarial e profissional dos trabalhadores da AGERE”, em que exigem ao executivo municipal – o principal accionista da empresa, com 51% do capital – que “assuma as cabais responsabilidades que lhe cabem enquanto accionista maioritário, e que intervenha, junto da administração, no sentido da urgente resolução dos problemas apresentados pelo STAL”. Entre as principais exigências

dos trabalhadores está o pagamento do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, que não é aplicado pela AGERE, alegando “não ser possível no momento”, apesar dos mais de 5,8 milhões de euros de lucro em 2024, pelo que se torna mais incomprensível que não valorize os trabalhadores e não garanta condições de trabalho dignas. Tal como é inaceitável que o Conselho de Administração (CA) insista em não cumprir a totalidade do Acordo de Empresa (celebrado com o STAL em 2020) e as reivindicações dos trabalhadores, designadamente o respeito pelas progressões na carrei-

ra nalguns casos e as regras de actualização salarial, nomeadamente para os trabalhadores da autarquia em regime de cedência de interesse público; o pagamento de seguro de Saúde; o respeito dos direitos dos trabalhadores em actividade sindical; a melhoria das condições de trabalho; e a conclusão dos processos avaliativos.

Face à exigência do STAL por uma resposta positiva ao “caderno reivindicativo”, o actual CA informou que a verba relativa ao SPI já estaria orçamentada para 2026, mas remeteu a conclusão do processo negocial para o novo Conselho de Administração. ■

## DR FARO

**O**s trabalhadores da EMARP realizaram uma greve (10/10), a rondar os 100% de adesão, nos serviços de águas e resíduos de Portimão, tendo-se concentrado (após desfile pelas ruas de Portimão) junto da sede da empresa e da autarquia, para exigir a valorização dos salários, o reconhecimento da antiguidade e uma justa progressão na carreira. O protesto contou com a presença de vários dirigentes e delegados sindicais da DR Faro. ■

## DR LISBOA

**N**a CM e SMAS de VF Xira, fruto da luta dos trabalhadores, o STAL assinou (Jan.) novos ACEP, com diversos direitos, especialmente o pagamento permanente do SPI e em período de férias. Tal como o suplemento do trabalho nocturno. Novos acordos foram igualmente assinados com a CM Lisboa (15/10) e a CM Amadora (29 de Setembro), que consagram também importantes direitos e avanços para os trabalhadores, nomeadamente os direitos a dias para doação de sangue ou medula; mais dias de férias por idade e o de aniversário, mesmo coincidindo com dia de descanso. Em luta, com apoio e mobilização do STAL, estiveram ainda os trabalhadores da UF Póvoa St. Iria e Forte da Casa (à frente da qual se concentraram, em 28/11), pelo pagamento imediato do salário e do subsídio de Natal. ■



## DR PORTALEGRE

**A**luta dos trabalhadores da AHBV de Sousel (3/10) contra a atitude discriminatória praticada sobre os bombeiros que integram a respectiva Comissão Sindical (CS), levou a direcção a reverter a decisão, garantindo àqueles o horário que sempre praticaram e o acréscimo remuneratório a que tinham direito. É mais uma prova de que quem luta sempre alcança! ■

## DR PORTO

**O**s trabalhadores da Ágora realizaram uma greve (10/10) para exigir respostas às reivindicações há muito apresentadas, em áreas como salários, carreiras e horários de trabalho, tendo promovido uma vigília junto à CM Porto, que contou com a presença de dezenas de trabalhadores da empresa municipal, além de dirigentes e delegados do STAL e de outras estruturas sindicais. ■

## DR SETÚBAL

**A**DR Setúbal celebrou (7/10) um novo ACEP com a JF da Comporta, que contempla todas as propostas apresentadas pelo STAL. Já no Barreiro, os trabalhadores do sector das águas entregaram, ao presidente do município, um abaixo-assinado a exigir o pagamento do SPI no nível Alto. ■

# ESPAÇO SÓCIO



**E**m 2026 assinala-se o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, e o STAL associa-se às comemorações através da sua habitual agenda, já em distribuição junto dos associados desde Dezembro.

Com grafismo alusivo ao Texto Fundamental, a agenda – que conta com ilustrações exclusivas de Susana Matos – tem os seus separadores mensais dedicados a conquistas de Abril, e a garantias e direitos consagrados constitucionalmente: Educação (Janeiro), Participação Política (Fevereiro), Cultura (Março) Liberdade Pessoal e de Expressão (Abril), Direito de Resistência (Maio), Habitação (Junho), Segurança Social (Julho), Liberdade Sindical (Agosto), Saúde (Setembro), Trabalho (Outubro), Justiça (Novembro) e Autarquias Locais (Dezembro). No texto de abertura, a Direção Nacional salienta que «vivemos tempos de ataque aos direitos conquistados, a desvalorização dos salários, o agravamento da precariedade, o desinvestimento nos Serviços Públicos e a degradação das condições de vida dos trabalhadores», mas reafirma o compromisso de luta e resistência do STAL – do seu enorme colectivo de homens e mulheres – em defesa dos trabalhadores da Administração Local e Regional, das Empresas Municipais e Concessionárias e das Funções Sociais do Estado.

## MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO REFORÇAM O APOIO AOS SÓCIOS

# Constituição na Agenda e nova sede

O ano de 2026 ficará marcado pelas comemorações dos 50 anos da Constituição, a que o STAL se associa também através da sua habitual Agenda, e pela mudança da sua sede, a partir do segundo trimestre do ano.



misso de luta e resistência do STAL – do seu enorme colectivo de homens e mulheres – em defesa dos trabalhadores da Administração Local e Regional, das Empresas Municipais e Concessionárias e das Funções Sociais do Estado.

## NOVA SEDE DO STAL

Este novo ano ficará também marcado pela nova sede do STAL, igualmente em Lisboa, num edifício adquirido na zona do Campo Grande (junto ao Estádio de Alvalade).

A mudança de instalações decorre ao longo das próximas semanas, prevendo-se que as obras de adaptação do espaço (um R/C) estejam concluídas até ao fim do primeiro trimestre. Trata-se de um espaço mais funcional, moderno, em piso único, adequado às actuais necessidades e desafios colocados à abrangente actividade do STAL, que permitirá oferecer uma maior funcionalidade e comodidade aos trabalhadores, reforçar o apoio aos associados e garantir o pleno desenvolvimento da acção reivindicativa do Sindicato. Este novo espaço irá acolher também a Direcção Regional de Lisboa. ■

## “CONSTITUIÇÃO, O JOGO”

Associando-se ao 50.º aniversário da nossa Constituição, o STAL vai sortear, pelos associados, 50 exemplares deste jogo de tabuleiro, que tem como principais objectivos reforçar a literacia democrática, educar para a participação cívica e celebrar os valores da Constituição da República Portuguesa. Criado no âmbito do Projecto Civitas, este jogo foi financiado pelo Active Citizens Fund através da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Bissaya Barreto, contou com a consultoria científica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco e o acompanhamento da Assembleia da República.

Pensado pela Beira Serra e pela Tricíolo Editora, com a ajuda de mais de 190 crianças, os autores garantem que “a diversão está garantida com esta viagem”: “As ‘casas’ especiais avançam e recuam, apelam à partilha, argumentação e cooperação. Ao longo do jogo, têm também muito para ensinar a todos os participantes: o direito à Educação, à Cultura e à Saúde, a Liberdade de Imprensa, a defesa do Ambiente, as eleições livres, a organização do poder político, o direito de reunião e de manifestação...” No fim, após responder a perguntas, fazer mímicas e coligações, quem conquistar mais cravos sai vencedor.



# LINHA DO TEMPO

VICTOR NOGUEIRA

# 50 ANOS DE LUTA PELA IGUALDADE

Da subalternização à cidadania plena, as mulheres portuguesas têm percorrido um longo caminho na conquista dos direitos laborais e da igualdade de oportunidades e do género.



**O**Estado Novo agravou a subalternidade das mulheres, proveniente do séc. XIX. A discriminação baseava-se na ideologia da "mulher mãe e dona de casa" e na inferioridade feminina, que reservava para os homens as funções de autoridade. Havia profissões vedadas às mulheres, como as Forças Armadas, diplomacia, magistratura ou cargos de chefia no Estado, outras impunham que fossem solteiras (enfermeiras hospitalares, hospedeiras da TAP e telefonistas) e algumas exigiam autorização ministerial para casarem (professoras do Ensino Primário). A violação destas normas implicava o despedimento.

A isto somava-se a faculdade do marido poder livremente denunciar o contrato de trabalho da mulher casada. Esta dependia da autorização marital para abrir contas bancárias, exercer o comércio por conta própria, integrar sociedades de responsabilidade ilimitada sem autorização do cônjuge, que as podia revogar a qualquer momento. O "chefe de família" controlava ainda a correspondência da mulher, decidia se podia viajar para o estrangeiro ou para fora da colónia e administrava livremente os bens desta, qualquer que fosse a sua origem. Apenas as mulheres solteiras e as viúvas podiam, em condições estritas, ser "chefe de família". Se casassem ou ti-

vessem filhos maiores, perdiam esse estatuto, ficando subordinadas à autoridade masculina. Em 1933/34 ampliou-se a capacidade eleitoral feminina, mas só para quem tivesse curso secundário ou superior, num país onde o analfabetismo entre as mulheres era dominante e a escolaridade delas nada incentivado e pouco facilitado. Algumas restrições suavizaram-se com o Código Civil de 1967, mas o Código Comercial de 1888 e a

Constituição de 1933 mantiveram desigualdades.

## POR UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA, LIVRE E SOLIDÁRIA!

A Revolução dos Cravos alterou radicalmente esta realidade. Nas ruas e nos locais de trabalho, as mulheres conquistaram a igualdade, participando e liderando lutas sociais. A Constituição de 1976 consagrou a igualdade de direitos, proibiu a discrimina-

ção e reconheceu o trabalho feminino. O acesso ao ensino, à autonomia jurídica e à participação política transformaram o papel da mulher.

No entanto, a igualdade jurídica não eliminou ainda as barreiras ideológicas, culturais, económicas e sociais, que persistem, limitam e condicionam a participação social e política femininas e a plena igualdade.

Apesar de mais qualificadas, as mulheres continuam confinadas a sectores marcados por baixos salários e precariedade – Educação, Saúde, Limpeza, Apoio Social – enquanto as áreas dominadas por homens oferecem melhores remunerações e progressão. O fosso salarial manteve-se entre 12% e 14%. Não por falta de mérito, mas porque o peso do trabalho doméstico, invisível e não remunerado, continua a recair sobre as mulheres, limitando a sua disponibilidade e servindo de justificação para a sua subalternização ou exclusão.

A comparação entre privado e público é reveladora: a igualdade predomina na Administração Pública, sobretudo na Central, enquanto a desigualdade é a regra no sector privado, especialmente nas grandes empresas; quanto maior a responsabilidade hierárquica e a autonomia profissional, menor a presença feminina.

A sociedade portuguesa continua a penalizar a maternidade, a tolerar discriminações, empurrando as mulheres para secundarização profissional, social e política.

Os avanços em Portugal resultam, em grande parte, da luta das mulheres, da acção sindical e de políticas públicas que defendem a conciliação entre vida familiar e laboral, combatem a discriminação salarial e alargaram os direitos parentais. Mas a igualdade efectiva ainda não é uma realidade.

Cinquenta anos depois de Abril, a luta continua. Pela igualdade, pela justiça social e por uma sociedade verdadeiramente igualitária, livre e solidária. ■

### LEITURAS COMPLEMENTARES

"Mulheres e Revolução", de Maria Velho da Costa, in <https://www.urap.pt/index.php/cultura-mainmenu-42/961-revolucao-e-mulheres-de-maria-velho-da-costa>  
"Calçada de Carriche", de António Gedeão, in <https://www.citador.pt/poemas/calçada-de-carriche-antonio-gedeao>

**ARMINDO RODRIGUES****IDIOTAS, PALHAÇOS  
E BANDIDOS...**

Idiotas, palhaços e bandidos, enfatuidos, ocos, ignorantes, do capital humildes servidores, ante os trabalhadores majestosos, melífluos, devotos, afectados, hipócritas, sem escrúulos, grosseiros, no apetite à solta insaciáveis, na total desvergonha sem remédio, agiotas vorazes para os pobres, para os ricos mãos-rotas sem medida, impávidos na asneira triunfal, relapsos no logro e na mentira, useiros e vezeiros na traição, são os que nos governam e eu desprezo.

**A LONGA  
ESPERA**

Até onde chegará a nossa resistência?  
Até onde suportaremos nós, homens de carne e osso, a tortura inumana?  
Até onde, pacientes, metódicos, secretos, seremos capazes de levar as nossas palavras firmes e consoladoras?  
Até onde ecoarão elas, e em que ouvidos?

Até onde teremos de mascarar-nos, de mentir, de fingir?  
Revolução porque tardas?  
Já escarva o chão, pronto a investir, o gigantesco toiro, de baba espessa, de olhos chispantes e frementes músculos.  
Já desabrocham cravos no silêncio contido.  
Já as ocultas labaredas se preparam para desfraldar-se resgadoras, ao vento solto.  
Já as multidões, com a sua ira, quebram em estilhaços o lavado cristal do dia atento.  
Revolução, porque tardas?  
Desdobra, cotovia amável, como um harmónio, a tua alacridade, sob o frio dos escombros.  
Semeia, sol, a luz e o calor fertilizadores pelos campos lavrados.  
Dai as mãos e anunciai, trabalhadores de todo o mundo, o grande recomeço.  
Soldados, quebrai com ímpeto as vossas armas arrependidas e pisai-as.  
E tu, menino, proclama, com a tua voz de alvorada, para além dos teus desejos, os teus sonhos realizados.

**BIOGRAFIA**

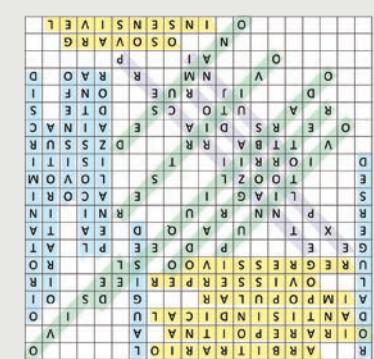
Armando Rodrigues nasceu a 27 de Junho de 1904 e faleceu em 8 de Agosto de 1993, em Lisboa. Foi médico, tradutor e poeta ligado ao neorrealismo.

Opositor activo do regime fascista desde a juventude, tornou-se militante do PCP, e interveio em todas as batalhas necessárias, com uma notável coragem política e física.

Em 1943, publicou o livro de poemas «Voz Arremessada ao Caminho», que seria o primeiro de uma vasta obra poética editada em 18 volumes.

Foi também autor de excelentes retratos de vários escritores, como Carlos de Oliveira, Antunes da Silva e José Gomes Ferreira, e autorretratos.

R	I	I	A	R	B	I	T	R	A	R	I	O	L	P	N	F	Z	A	O
O	I	R	A	R	E	P	O	I	T	N	A	A	A	Z	E	I	S	V	W
D	A	N	T	I	S	I	N	D	I	C	A	L	U	U	O	Q	I	P	O
A	I	M	P	O	P	U	L	A	R	G	T	I	G	C	D	S	P	O	I
L	U	Q	O	V	I	S	S	E	R	P	E	R	I	E	E	I	O	I	R
U	R	E	G	R	E	S	S	I	V	O	O	K	S	L	R	N	T	R	O
G	E	S	E	K	Q	U	I	P	T	D	Z	E	E	E	P	L	N	A	T
E	X	X	N	T	E	G	U	A	W	Q	B	D	S	E	A	V	T	A	
R	N	A	P	E	N	N	I	R	L	U	J	L	F	R	N	I	I	I	N
S	A	W	O	L	I	A	G	R	I	M	O	L	E	I	A	C	O	R	I
E	E	D	U	T	O	O	Z	L	U	I	U	S	N	M	L	O	V	O	M
D	U	D	I	O	R	R	I	I	M	A	T	H	N	E	I	S	I	T	I
K	K	V	A	T	T	B	A	Q	R	R	V	A	U	D	Z	S	S	U	R
K	O	Q	E	J	R	S	U	D	I	A	A	Z	E	U	A	I	N	A	C
A	K	R	A	A	M	I	U	T	O	B	C	S	T	B	D	T	E	K	S
U	A	Z	D	R	O	J	I	J	E	R	U	E	K	A	O	N	F	O	I
H	E	O	Y	C	I	V	R	N	N	M	S	U	R	N	R	A	O	P	D
W	I	H	D	U	O	T	I	F	A	I	Y	E	T	P	E	A	Q	N	Y
M	Z	K	T	Y	F	L	M	N	T	C	O	S	O	V	A	R	G	H	F
X	N	R	B	H	R	K	O	Y	I	N	S	E	N	S	I	V	E	L	K

**SOPA DE LETRAS**  
**PACOTE LABORAL****ANTIOPERARIO****ANTISINDICAL****ANTISSOCIAL****ARBITRARIO****AUTORITARIO****DESEQUILIBRADO****DESIGUAL****DESREGULADOR****DESUMANO****DISCRIMINATORIO****EXPLORADOR****GRAVOSO****IMPOPULAR****INJUSTO****INSENSIVEL****LESIVO****OFENSIVO****PENALIZADOR****PRECARIZANTE****PUNITIVO****REGRESSIVO****REPRESSIVO****RESTRITIVO****RETROGRADO**

As palavras podem estar escondidas horizontalmente ou verticalmente.

# CONHECER

ANTÓNIO MARQUES

ALDEIAS HISTÓRICAS DA SERRA DA ESTRELA

# PORTA DE ENTRADA AO INVERNO SERRANO

Quando o Inverno cobre a serra com o seu manto branco, o cenário transforma-se num dos espetáculos naturais mais fascinantes da Portugal. O convite aqui fica, não apenas para a visitar, mas, sobretudo, para a sentir, viver e explorar...

**M**ontanhas majestosas, vales nevados e lugares aconchegantes compõem uma paisagem saída de um conto de fadas, num convite irresistível tanto para os amantes dos desportos de Inverno, como para os que procuram a Natureza no seu esplendor, ou ainda para os que procuram vivências culturais autênticas.

Mais do que um destino turístico, a Serra da Estrela oferece a oportunidade de imersão na cultura ancestral, nomeadamente nas aldeias que pontuam os vales e encostas. Funcionam como bases acolhedoras para explorar este Parque Natural, permitindo alternar entre dias de actividades na montanha e finais de tarde em ambientes históricos, junto à lareira.

A rede das Aldeias Históricas de Portugal integra várias localidades na envolvente da Serra, destacando-se Belmonte, Linhares da Beira, Sortelha, Castelo Novo, Almeida e Castelo Rodrigo, articulando história, natureza e hospitalidade.

## BELMONTE: HISTÓRIA E REFÚGIO INVERNAL

É uma das vilas históricas mais emblemáticas associadas à Serra da Estrela, conhecida pela forte herança judaica e por um património que atravessa a Idade Média até ao século XX. O castelo, o bairro judaico e o conjunto de museus (como o Judaico) oferecem programas culturais ideais para dias frios ou chuvosos, quando a meteorologia desaconselha longas permanências na montanha.

Do ponto de vista do turismo de Inverno, Belmonte funciona como base estratégica: combi-



Sortelha é uma das aldeias mais pitorescas de Portugal.



Linhares da Beira.



Castelo de Belmonte.

na alojamentos de charme com fácil acesso tanto à Serra como às restantes aldeias históricas da Beira Interior. A gastronomia

de Inverno – enchidos, cabrito, pratos de panela e doces conventuais – assume aqui um papel central, proporcionando ao visitante uma experiência sensorial que complementa as actividades ao ar livre.

## LINHARES DA BEIRA: CASTELO, VOO LIVRE E NEVE À VISTA

Integrada no Parque Natural da Serra da Estrela, é apontada como uma das aldeias mais belas da Serra, com origem num antigo castro e forte presença medieval. O castelo que domina a povoação, as calçadas romanas e o casario em granito criam um cenário que, nesta época, ganha uma atmosfera quase cénica, sobretudo quando há neve nas encostas em redor.

Embora reconhecida como “capital” do parapente em Portugal, a aldeia adapta-se bem ao turismo de Inverno, privilegiando passeios a pé, miradouros e experiências de contemplação. Para o visitante de Inverno, Linhares oferece a combinação rara de paisagem montanhosa, património histórico e tranquilidade, longe da agitação das pistas, mas suficientemente perto para, num curto trajecto, chegar às zonas de neve mais procuradas.

## SORTELHA: UMA VIAGEM NO TEMPO

É frequentemente descrita como uma das aldeias mais pitorescas de Portugal, com casario em granito, muralhas intactas e um castelo erguido sobre um maciço rochoso a cerca de 760 metros de altitude. Na perspectiva do turismo de Inverno, a altitude e a exposição do planalto beirão conferem à aldeia um contexto climático frio, com geadas frequentes e, por vezes, episódios de neve que reforçam o seu aspecto de “presépio de pedra”. Passear pelas ruas da Sortelha nesta época é uma experiência de viagem no tempo: os largos, as fontes de mergulho e as casas de pedra ganham outra luz com o céu baixo e o ar cortante. Além disso, a aldeia integra frequentemente roteiros que combinam visitas a outras aldeias históricas próximas, estimulando as “escapadas” de fim-de-semana focadas em turismo cultural e paisagístico, mesmo na estação fria. ■

## ACTIVIDADES DE INVERNO ALÉM DA NEVE

As aldeias históricas da Serra da Estrela são ponto de partida para múltiplas actividades de Inverno. Entre as mais procuradas estão os percursos pedestres em vales glaciais, como o Zêzere ou Loriga, onde, no Inverno, se encontram árvores cobertas de gelo, cursos de água parcialmente congelados e vistas amplas sobre as encostas nevadas. Trilhos como os que partem da Lagoa Comprida para o Covão dos Conchos tornam-se especialmente fotogénicos na estação fria. Além do trekking, proliferam experiências como provas de queijos e enchidos, visitas a museus locais (do Pão, em Seia; e do Queijo e dos Lanifícios, na Covilhã) e participação em festividades de Inverno, que variam entre aldeias. Estas actividades respondem bem à procura de turistas que desejam conjugar férias activas com momentos de interioridade, como noites em alojamentos rurais, aquecidas por lareiras e acompanhadas de gastronomia típica.

# A FECHAR

O VOTO DOS TRABALHADORES CONTA PARA ELEGER O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

## Firme defensor da Constituição, das instituições democráticas e dos direitos humanos

A 2.ª volta das eleições presidenciais decorre a 8 de Fevereiro, e a Direcção Nacional defende que o próximo Chefe de Estado deve defender, de forma intransigente, os valores e direitos constitucionalmente consagrados.

Neste ano em que a Constituição celebra o seu 50.º aniversário, e quando os portugueses são novamente chamados às urnas para escolher o próximo Presidente da República – cuja função principal é defendê-la, cumprir e fazer cumprir a Constituição –, a Direcção Nacional (DN) do STAL sublinha a importância de eleger um candidato defensor intransigente da Constituição e dos valores e direitos fundamentais que aquela consagra, como o acesso à Saúde, à Educação, à Habitação, à Segurança Social, bem como o direito ao trabalho, entre outros.

O perfil do próximo Presidente



da República deverá ainda ser o de um firme defensor do Estado de Direito, das instituições democráticas e dos direitos humanos; que promova a dignidade de todos os cidadãos (nomedamente dos imigrantes) e

o diálogo com a sociedade civil e as várias correntes progressistas; que crie consensos em torno de valores democráticos e da defesa dos direitos sociais e laborais (como o combate às desigualdades, a promoção de

políticas públicas inclusivas e defesa de Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado); que una e não divida os portugueses; e que assuma um posicionamento internacional de compromisso com o direito internacional e o respeito pela soberania dos povos, e de oposição ao armamentismo.

### V CONFERÊNCIA SINDICAL EM SETEMBRO

A DN, reunida em 9 Janeiro, marcou a V Conferência Sindical do STAL para 25 de Setembro, em local ainda a anunciar, encontro que constituirá, certamente, um importante momento de unidade e afirmação do Sindicato – sobretudo, dos trabalhadores da Administração Local e sector empresarial –, e de reflexão e discussão colectiva sobre os principais problemas que afectam os trabalhadores do sector, bem como de análise das políticas do governo PSD-CDS – que conta com o apoio do CH e IL – e da situação económica e social do País, na perspectiva da necessidade urgente de valorização do trabalho e dos trabalhadores deste importante sector da Administração Pública. Recorde-se que a anterior decorreu em Corroios, em 20 Setembro de 2023, e reuniu cerca de meio milhar de activistas, delegados e dirigentes, que reafirmaram o compromisso do STAL em «intensificar a mobilização e a organização da luta dos trabalhadores pela reposição e conquista de direitos, pelo aumento de salários, por melhores condições de vida e de trabalho, pelo reforço do Poder Local Democrático e das Funções Sociais do Estado». ■

## RESUMO DA LUTA

### 13 JANEIRO

Manifestação em Lisboa, convocada pela CGTP-IN, para entrega do abaixo-assinado contra o "pacote laboral" ao Primeiro-Ministro.

### 19 DEZEMBRO

Concentração de bombeiros das AHBV, junto ao Ministério da Administração Interna (Lisboa).

### 11 DEZEMBRO

Greve Geral, convergente e de todos os sectores, convocada pela CGTP-IN.

### 29 DE NOVEMBRO

Início do Circuito Nacional "Varrer a exploração do sector dos Resíduos e Higiene Urbana".

### 29 DE NOVEMBRO

Manifestações, em Lisboa e Porto, em solidariedade com a Palestina, pelo fim do genocídio e da ocupação israelita de Gaza.

### 28 NOVEMBRO

Concentração de trabalhadores da UF Póvoa Santa Iria de Azóia e Forte da Casa para exigirem o pagamento do salário e subsídio de Natal.

### 27 NOVEMBRO

Concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais em frente ao Parlamento contra a aprovação do OE2026.

### 8 NOVEMBRO

Greve na GESAMB, por tempo indeterminado, ao trabalho suplementar.

### 8 NOVEMBRO

Marcha Nacional contra o "pacote laboral", convocada pela CGTP-IN, em Lisboa.

### 24 OUTUBRO

Greve nacional dos trabalhadores da Administração Pública, convocada pela Frente Comum.

Deixem trabalhar o Luís

